

**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES  
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO**

**2011 / 2012**



**III**

**A INFLUÊNCIA DA CHINA E ÍNDIA NA ÁFRICA LUSÓFONA: ESTRATÉGIAS,  
MOTIVAÇÕES E FERRAMENTAS DE INTERVENÇÃO**

**DOCUMENTO DE TRABALHO**

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS / GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

***OSVALDO DANIEL PEREIRA DA ROCHA E SILVA***

***MAJ INF***



**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**INFLUÊNCIA DA CHINA E ÍNDIA NA ÁFRICA  
LUSÓFONA: ESTRATÉGIAS, MOTIVAÇÕES E  
FERRAMENTAS DE INTERVENÇÃO**

**Maj Inf Osvaldo Daniel Pereira da Rocha e Silva**

Trabalho de Investigação Individual do Curso de Estado-Maior Conjunto  
2011/2012

Lisboa – 2012



**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**INFLUÊNCIA DA CHINA E ÍNDIA NA ÁFRICA  
LUSÓFONA: ESTRATÉGIAS, MOTIVAÇÕES E  
FERRAMENTAS DE INTERVENÇÃO**

**Maj Inf Osvaldo Daniel Pereira da Rocha e Silva**

Trabalho de Investigação de Individual do Curso de Estado Maior Conjunto  
2011/2012

Orientador: MAJ CAV Lourenço Manuel Simões de Azevedo

Lisboa – 2012



## **Agradecimentos**

Agradeço a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para que pudesse concluir o presente estudo.

Ao Sr. MAJ Cav Simões de Azevedo, pelo seu elevado sentido pedagógico, esclarecida orientação e, acima de tudo, pelo seu sentido de camaradagem que muito contribuíram para a elaboração do trabalho.

Aos Sr. Prof Luís Tomé, Sra. Prof<sup>a</sup> Carmen Mendes, Sr. Prof Constantino Xavier e Sra. Dr.<sup>a</sup> Sofia Fernandes pela disponibilidade e amabilidade que tiveram em contribuir para a minha pesquisa.

Ao Dr. Manuel Chantre, meu tio, pela sabedoria e experiência de vida que, mais uma vez, me transmitiu e que foram determinantes para a realização deste estudo.

A toda a minha família, pelo constante incentivo, sempre importante para que possa enfrentar os desafios dos momentos mais difíceis.

À Camila, ao João e à Sara, pela sua compreensão e pela tranquilidade que me transmitem.

Ao meu Pai, por tudo...



## **Índice**

Resumo .....	IV
Abstract.....	V
Palavras-Chave .....	VI
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos .....	VII
Introdução.....	1
1. Estado da Arte.....	7
2. As políticas da China e da Índia para África. ....	13
a. A China e a Índia em África .....	13
b. Países Africanos de Língua Portuguesa .....	18
c. Impacto das relações com África no desenvolvimento da China e da Índia.....	22
(1) Continente africano .....	22
(2) Países Africanos de Língua Portuguesa .....	24
3. Os países africanos e a cooperação Sino-Indiana .....	26
a. Países Africanos .....	26
b. Países Africanos de Língua Portuguesa .....	27
c. Impacto no desenvolvimento dos países africanos .....	31
(1) Continente africano .....	31
(2) Países Africanos de Língua Portuguesa .....	32
4. A política externa de Portugal para a África lusófona.....	34
Conclusão .....	42
Bibliografia.....	46
<b>Anexos</b>	
Anexo A – Indicadores Económicos .....	A1
Anexo B – Extrato de Entrevistas.....	B1



## **Resumo**

A República Popular da China e a Índia têm vindo, nos últimos anos, a ocupar posições de cada vez maior notoriedade no seio da comunidade internacional. Associados a esta subida de influência estão, sem dúvida alguma, os comportamentos das suas economias que, como que passando ao lado de uma crise considerada global, apresentam indicadores de apreciável força e indiciam a consistência necessária para que, a breve prazo, se tornem os motores da economia global.

Esta notável prestação das economias chinesa e indiana levou a que estes dois gigantes asiáticos, não dispendo de recursos naturais, sobretudo energéticos, suficientes para satisfazer as necessidades das suas economias emergentes, iniciassem uma evidente busca por esses bens, conduzindo-as ao continente africano e, conseqüentemente, à África lusófona.

Os países africanos, têm-se manifestado claramente recetivos à relação *Win-Win* apresentada pela China e pela Índia que, alicerçada num diálogo Sul-Sul, se apresenta como uma alternativa muito apelativa à tradicional relação com os países desenvolvidos do ocidente, normalmente associada ao Consenso de *Washington* que procura associar questões de índole política e social ao estabelecimento de relações comerciais com os Estados africanos, principalmente aqueles com regimes mais autoritários.

Esta pesquisa tem por propósito, tendo em conta as dinâmicas resultantes do relacionamento sino-indiano com os países africanos, constituir-se como uma mais-valia para apoiar a política externa portuguesa nos países da África lusófona.

Assim, o estudo identifica o posicionamento da comunidade científica acerca da crescente e influente presença sino-indiana em África que aponta para uma presença determinada, principalmente, pela procura de recursos e pela vontade de aumentar o espectro de influência; apresenta as linhas de ação sino-indianas no continente africano e nos países africanos de expressão portuguesa, aferindo o seu impacto no desenvolvimento das economias daqueles gigantes asiáticos; descreve a posição dos Estados africanos perante esta crescente aproximação da China e da Índia e aborda o modo como Portugal se tem relacionado com os países africanos de expressão portuguesa, demonstrando que a crescente presença das duas potências emergentes não alterou as relações comerciais de Portugal com os PALOP.

Procura ainda, tendo a noção que Portugal não tem capacidade para competir com a Índia e a China, apontar vias para que o nosso país possa tirar partido desta situação aparentemente desvantajosa.



## **Abstract**

The People's Republic of China and India have been, in recent years, occupying positions of increasing importance within the international community. Associated with this increase of influence are, without doubt, the conduct of their economies which, as they pass aside a crisis considered global, presents indicators of considerable strength and consistency, that indicates that, in the short term, they will become the engines of the global economy.

This remarkable rendering of Chinese and Indian economies has led these two Asian giants, because of the lack of sufficient natural resources, especially those regarding energy, to meet the needs of their emerging economies, to start a course search for these goods that led to the African continent and thus to the Portuguese spoken Africa.

The African countries, have expressed a clearly receptivity to this Win-Win relationship offered by China and India that, based on a South-South dialogue, is presented as a very appealing alternative to the traditional relationship with the developed western countries, usually associated to the Washington Consensus which seeks to involve political and social issues on the establishment of trade relations with African states, particularly those with more authoritarian regimes.

This research has the purpose, taking into account the dynamics resulting from the Sino-Indian relations with African countries, to constitute an asset to support the Portuguese foreign policy in the countries of the Portuguese spoken Africa.

Thus, this study identifies the position of the scientific community about the growing and influential Sino-Indian presence in Africa which points to a presence primarily determined by the demand for resources and the will to raise the spectre of influence; displays the lines of action Sino-Indian on the African continent, and on the Portuguese speaking African countries gauging its impact on the development of the economies of these Asian giants; identifies the position of the African states against this facing the closeness of China and India, and discusses how Portugal has been related with the Portuguese speaking African countries showing that the growing presence of the two emerging powers did not affect trade relations between Portugal and the PALOP.

It also seeks, with the notion that Portugal has no ability to compete with India and China, to point to paths that our country can follow in order to take advantage of this apparent disadvantage.



**Palavras-Chave**

África; Angola; Cabo Verde; Comércio; China; Continente Africano; Cooperação; Guiné-Bissau; Índia; Lusofonia; Moçambique; PALOP; Portugal; Recursos; Relações; São Tomé e Príncipe

**Key Words**

Africa; Angola; African Continent; Cape Verde; China; Cooperation; Guinea-Bissau; India; Lusophonie; Mozambique; PALOP; Portugal; Resources; Relations; São Tome and Principe; Trade



## **Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos**

### **B**

BP – Banco de Portugal

BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China

### **C**

CTM – Cooperação Técnico Militar

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

### **E**

EUA – Estados Unidos da América

### **F**

FMI – Fundo Monetário Internacional

FOCAC - *Forum on China-Africa Cooperation*

### **I**

IESM – Instituto de Estudos Superiores Militares

ITEC – *Indian Technical and Economic Cooperation Programm*

### **M**

MONUSCO - *United Nations Organization Stabilization Mission in the Democratic Republic of the Congo*

### **O**

ONU – Organização das Nações Unidas

ONGC – *India's Oil and Natural Gas Commission*

### **P**

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial portuguesa

PIB – Produto Interno Bruto

PLOP – Países de Língua Oficial Portuguesa

PQ – Programa Quadro

### **R**

RITES – *Railway Technical and Economic Services*

RPC – República Popular da China

### **U**

UA – União Africana

UE – União Europeia

UNMIL - *United Nations Mission in Liberia*

UNMISS - *United Nations Mission in the Republic of South Sudan*

UNOCI - *United Nations Operation in Côte d'Ivoire*



## Introdução

Nos dias de hoje, a República Popular da China (RPC) e a Índia, ocupam um lugar cimeiro no panorama mundial. De facto, numa conjuntura de crise mundial, estes dois países parecem estar em contra ciclo do resto do mundo, apresentando resultados financeiros surpreendentes que os catapultam para a dianteira das economias mundiais.

A evolução económica demonstrada por estes dois países é acompanhada por uma evidente procura de novos mercados, de forma a internacionalizar as suas relações comerciais, a obter recursos naturais, cada vez mais escassos e insuficientes para as suas necessidades e também, a escoar os seus produtos.

A acompanhar os objetivos económicos, está também uma vigorosa agenda diplomática, mais notória no caso da RPC. Efetivamente, este país, reconhecendo a importância que os *fora* internacionais detêm, vem procurando, através das relações económicas que estabelece, garantir não só vantagens a esse nível, relativamente aos rivais ocidentais, mas também granjear apoios para as “batalhas” que eventualmente tenha de travar no âmbito diplomático.

Esta expansão sino-indiana tem como um dos destinos principais o continente africano. Ao longo da última década o relacionamento com os Estados deste continente tem sido bastante intenso. Os países africanos, ricos em recursos naturais, mas com taxas de desenvolvimento bastante baixas, têm vindo a enfrentar nítidas dificuldades na obtenção de apoios externos, devido às fortes exigências (reformas políticas e económicas) que os tradicionais doadores ocidentais impõem para que essa ajuda seja viabilizada. A RPC e a Índia, aproveitam este facto para entrar facilmente no mercado africano, apostando numa política de não ingerência nos assuntos internos dos Estados e num tipo de relação *Win-Win*<sup>1</sup>, acedendo assim aos apetecidos recursos energéticos de que tanto necessitam.

Todavia, apesar de estas duas potências emergentes estarem a entrar no continente africano com objetivos similares, importa referir que o fazem de um modo distinto. A RPC, dispendo de um enorme poder económico e financeiro, assenta a sua ação através do Estado, entrando agressivamente no mercado e garantindo aos seus parceiros africanos acesso facilitado a linhas de crédito, ocupando assim uma posição privilegiada. Já a Índia, não sendo tão forte economicamente, baseia as suas ações na cooperação, privilegiando os incentivos ao setor empresarial. Esta estratégia, embora não lhe garanta um sucesso

---

<sup>1</sup> Relação *Win-Win* – Relação de mutuo benefício, onde todas as partes ganham (Pinto, 2011, p. 1)



imediatos, permite-lhe ocupar uma posição mais abrangente, diversificando os setores da economia em que coopera com os Estados africanos.

Podemos assim afirmar que as autoridades chinesas procuram alcançar os seus objetivos primordiais num espaço de tempo mais curto, para fazer face a necessidades imediatas, enquanto as indianas, pelo envolvimento não estatal, procuram cimentar a relação para garantir os seus dividendos num prazo mais alargado.

Os países africanos de língua portuguesa estão também a desenvolver uma crescente relação económica com estes dois países. Com efeito, a presença de empresas chinesas e indianas naqueles países é cada vez mais notória. A atividade diplomática e económica tem vindo a assumir patamares que elevam a RPC e a Índia para os lugares cimeiros entre os parceiros comerciais desses Estados lusófonos. Neste âmbito, o caso de Angola é paradigmático, com a RPC a ser, neste momento, um dos países que maior influência económica detém na sociedade angolana.

Este facto, leva a que se possa considerar que a posição privilegiada que Portugal tem mantido naqueles países começa a estar ameaçada, na medida em que, não dispondo dos recursos financeiros do nível daqueles dois países, apenas a língua lhe confere uma vantagem em termos de relacionamento com aqueles povos.

No entanto, o Estado português poderá enfrentar esta situação não como uma ameaça, mas sim, como uma oportunidade. De facto, Portugal ocupa, como membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), uma posição privilegiada, da qual poderá e deverá tirar partido, aproveitando as fragilidades de chineses e indianos e procurando manter a sua influência no espaço lusófono.

Paralelamente, o país poderá e deverá continuar a aposta nas atividades de cooperação até aqui desenvolvidas com sucesso e que poderão ser determinantes para o desenvolvimento futuro dos Países Africanos de Língua Oficial portuguesa (PALOP). A cooperação que tem mantido com estes Estados, em áreas como as da defesa e segurança, passando pela saúde e a educação, confere ao nosso país uma posição singular que importará manter e exponenciar.

Num momento em que o Chefe da diplomacia portuguesa tem vindo a reafirmar a importância dos PALOP para o nosso país e pretendendo-se que as relações comerciais com os mesmos seja reforçada, é importante que se faça uma cuidada avaliação da presença chinesa e indiana em África, em particular no espaço lusófono, tentando entender quais as motivações e os objetivos da China e da Índia e inferir em que medida os mesmos competem com as metas traçadas por Portugal para aquela região.



Com efeito, estas duas potências emergentes têm vindo a ter uma implementação cada vez mais abrangente no continente africano e conseqüentemente nos países de língua portuguesa. Assentando as suas políticas externas no âmbito da cooperação SUL-SUL<sup>2</sup>, e numa lógica de benefício mútuo, esta “ofensiva asiática” tem vindo a garantir que a China e a Índia ultrapassem os seus principais rivais ocidentais, apresentando condições muito mais vantajosas, não pedindo, ao invés de outros atores mais contrapartidas que não sejam o próprio negócio.

Assim, pretendemos que o resultado deste estudo possa ser *“relevante para apoiar a política externa portuguesa, os militares e operacionais das Forças Armadas portuguesas e outros agentes do Estado em missão em África, no sentido de lhes proporcionar linhas de ação para explorar as oportunidades que encontrar no âmbito da cooperação técnico militar, no âmbito das informações militares e noutros de interesse para as Forças Armadas”* (IESM, 2011, p. 2).

Com esta investigação, procuraremos identificar quais os objetivos da RPC e da Índia na África lusófona, entender quais são as vantagens dessa presença sino-indiana para os PALOP e para aqueles dois países, e ainda inferir o grau de dependência dos PALOP perante a RPC e a Índia. No nosso entender, compreendendo estes aspetos poderemos traçar um rumo a seguir por Portugal no espaço lusófono, de modo a que alcance os seus objetivos e mantenha a sua influência.

O apoio da RPC e da Índia aos PALOP remonta a períodos anteriores à independência destes, com aquelas potências a declararem um inequívoco auxílio político e militar aos movimentos de libertação dos países lusófonos. Não sendo o nosso objetivo estudar esse apoio, entendemos limitar o estudo apenas ao período posterior a 2002, ano em que deixou de existir conflito armado nos antigos territórios ultramarinos africanos.

Também, por entendermos que são os aspetos que mais contribuem para o propósito do nosso estudo, considerámos estudar apenas as vertentes económica e militar, não deixando, porém, de abordar outros aspetos que possam contribuir para o sucesso do nosso estudo.

O objetivo geral a atingir com esta investigação é apresentar um estudo que se constitua como uma mais-valia para apoiar a política externa portuguesa nos países da

---

<sup>2</sup> Cooperação ou Diálogo SUL-SUL – Quadro de colaboração entre os países do sul, que abrange os domínios político, económico, cultural, social e técnico, envolvendo dois ou mais países em desenvolvimento, podendo ter lugar numa base bilateral, sub-regional ou inter-regional (SUSSC, 2012).



África lusófona e, conseqüentemente, os agentes nacionais a prestar serviço naquela região.

Considerámos também os seguintes objetivos específicos:

- Compreender os motivos e objetivos das políticas chinesa e indiana em África, particularizando o espaço lusófono, e identificar o modo de implementação dessas políticas;
- Identificar as vantagens e inconvenientes, resultantes da cooperação com a RPC e a Índia, para os países africanos, em particular, para os lusófonos;
- Identificar que políticas deverão ser adotadas por Portugal, de modo a manter a sua influência no espaço da lusofonia.

Considerando os objetivos apresentados e a limitação que impusemos ao nosso estudo, desenvolvemos a seguinte pergunta de partida (PP), que orientará o desenvolvimento do presente trabalho:

- De que modo poderá Portugal manter a sua influência na África lusófona face à crescente presença sino-indiana naqueles países de língua oficial portuguesa?

No sentido de operacionalizar a execução do trabalho e desta forma mais facilmente inferir a resposta à PP, foram formuladas as seguintes Perguntas Derivadas (PD):

- PD #1  
Qual a influência do continente africano, em particular para os países lusófonos, no desenvolvimento económico da RPC e da Índia?
- PD #2  
Qual o impacto para os países africanos, em particular para os países de língua portuguesa, resultante das relações com a RPC e a Índia?
- PD #3  
De que modo poderá Portugal atuar para manter a sua posição de influência no espaço lusófono?

Tendo em conta os objetivos definidos, na resposta às questões elencadas foi nossa pretensão validar as seguintes hipóteses:

- H#1  
A influência das relações entre os países africanos com a RPC e a Índia no desenvolvimento destes países é, ainda, diminuta. No entanto e tendo em conta a forte aposta sino-indiana, no estabelecimento de relações *Win-Win*



com os países daquele continente, antevê-se um significativo crescimento do impacto das trocas comerciais, em especial ao nível energético. No âmbito dos países lusófonos ressalta a posição de Angola, que mantém com aqueles dois países uma importante relação comercial, fornecendo-lhes grande parte do petróleo que importam.

- H#2

As circunstâncias em que se processam as relações entre os países africanos com a RPC e a Índia, no âmbito da cooperação SUL-SUL e sem o estabelecimento de condições prévias, de índole política, social ou económica, leva a que os países africanos, em especial os que detêm fortes reservas energéticas, retirem importantes vantagens com um profundo impacto nas suas sociedades. Os países lusófonos enquadram-se no panorama dos restantes países africanos, na medida em que as relações com a RPC e a Índia são, cada vez mais, importantes e influentes no seio das suas economias nacionais.

- H#3

A língua portuguesa e a presença de Portugal num fórum restrito, como é o da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), garante-lhe uma posição de destaque que deve constituir-se como a base da sua estratégia no diálogo dentro da lusofonia e nas relações com a RPC e a Índia.

Quanto ao percurso metodológico, será seguida a abordagem proposta por Quivy&Campenhoudt (2005), a qual é também adotada pelo Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM).

A base da investigação a realizar consistirá na obtenção de dados a partir da extensa oferta bibliográfica acerca do tema. Pretende-se com esta análise efetuar uma comparação das várias perspetivas sobre o assunto.

Para complementar a investigação de âmbito documental recorreu-se a entrevistas a entidades com competências académicas no âmbito do assunto em análise ou que desempenhem, ou tenham desempenhado funções que lhes permitam ter uma visão da matéria em apreço.

Para a análise dos dados recolhidos, pretende-se adotar os métodos hipotético-dedutivo e indutivo, ou seja, procurando não só tirar conclusões a partir de ideias gerais para casos concretos, mas também pretendendo a partir de situações específicas extrair conclusões adaptáveis a situações mais abrangentes.



Na referenciação das obras citadas será utilizado o programa de referenciação digital *Havard-Anglia*. As obras citadas em língua estrangeira serão alvo de uma tradução livre do autor.

Assim, inicialmente identificar as posições de alguns autores acerca da crescente e influente presença sino-indiana em África.

Seguidamente, procuraremos descrever as políticas adotadas pela RPC e pela Índia no continente africano, detalhar essa descrição para o caso dos países africanos de expressão portuguesa e avaliar o impacto dessas relações no desenvolvimento das economias da RPC e da Índia.

Posteriormente, pretendemos reconhecer o modo como as políticas e ações dos dois gigantes asiáticos influenciam as economias africanas, com especial relevo para as dos países lusófonos.

Abordaremos de seguida a presença nacional nos Estados africanos de língua portuguesa, do ponto de vista económico e no âmbito da Cooperação Técnico Militar (CTM).

Por último, apresentamos as conclusões da nossa pesquisa expondo algumas medidas que, em nosso entender, poderão permitir que Portugal mantenha a sua influência junto dos PALOP.



## **1. Estado da Arte**

A presença da RPC e da Índia no continente africano tem sido, desde a segunda metade do século passado, uma constante. Este facto deve-se fundamentalmente ao apoio dado por estes Estados aos vários movimentos de libertação africanos nas suas disputas pela independência com as potências colonizadoras europeias.

No entanto, o elevado crescimento das economias da RPC e da Índia, levou a que estes dois países tivessem ampliado a sua influência em África, tornando-se claros competidores dos Estados industrializados ocidentais.

Assim, consideramos importante, como ponto de partida para o nosso estudo, identificar as diferentes opiniões existentes sobre a crescente presença sino-indiana no continente africano, tentando compreender o modo como ela é vista no seio da comunidade académica.

A RPC, o país com maior população a nível mundial, tem vindo paulatinamente a abrir as suas portas ao mundo. Embora politicamente não se vislumbre a possibilidade de existirem mudanças significativas no regime, que governa a RPC desde os anos cinquenta do século passado, são evidentes os sinais que indicam uma postura económica paradoxal, se tivermos em linha de conta o padrão dos sistemas comunistas no que diz respeito ao seu posicionamento económico e diplomático.

De acordo com Ana Cristina Alves (2006, p. 2), o regime chinês, ao contrário da maioria dos Estados socialistas, conseguiu não só sobreviver incólume à ofensiva capitalista, mas também prosperar economicamente no novo mundo que emergiu com o final da guerra fria e efetivou a globalização das instituições económicas, até então vedadas aos Estados comunistas.

Com efeito, é nestes dois vetores – económico e diplomático - que a RPC tem vindo a alicerçar o seu relacionamento com o mundo e, em particular, com o continente africano, assumindo claramente uma posição de competição perante as economias que dominam o mundo económico e financeiro.

Efetivamente a diplomacia económica chinesa assumiu, nos últimos vinte anos, uma relevância especial e constituiu-se como a principal arma daquele país para alcançar os seus objetivos. Deste modo, a RPC tem percebido a importância crescente desta ferramenta, conferindo à sua agenda económica um papel de liderança na consecução dos objetivos da sua política externa para este século XXI (Alves, 2006, p. 11).

Também para Helena Rodrigues (2011, p. 3), este instrumento tem assumido um papel relevante no conjunto da política externa chinesa. Para ela, a “*China tem,*



*gradualmente, vindo a preparar-se para emergir como potência mundial. Neste sentido, vai adotando regras e normas internacionais, desenvolvendo acordos de cooperação bilateral, aderindo a acordos multilaterais de segurança de comércio, desburocratizando os mecanismos de política externa e preparando os seus diplomatas.”* (Rodrigues, 2011, p. 8).

Esta diplomacia económica que lidera as relações que Pequim estabelece com a comunidade internacional é, naturalmente, vertida na política que o governo chinês tem vindo a estabelecer com os países do continente africano. Com efeito, *“Pequim tem vindo a desenvolver uma diplomacia económica muito bem-sucedida através do investimento, cooperação e comércio no continente Africano e ao fazê-lo, simultaneamente, reforça o seu papel na promoção do diálogo Sul-Sul e seu Soft Power nas relações internacionais.”* (Alves, 2008, p. 69).

Reiterando esta visão, Chuka Eureka, da universidade de Jilin na RPC, em artigo publicado no *Pakistan Journal of Social Sciences*, refere que *“...o crescente envolvimento da China com África tem assumido uma característica proeminente nos discursos e nas Relações Internacionais. O relacionamento é multifacetado, englobando, principalmente, o comércio e as relações económicas.”* (2010, p. 209).

Henning Melber, na compilação de estudos, sobre a presença chinesa em África, que efetuou para o *Nordiska Afrikainstitutet*, a respeito da motivação para a aposta chinesa em África, aponta para o seguinte: *“A nova ofensiva levada a cabo pela China, que se expande nos mercados africanos de forma agressiva e busca o acesso aos recursos energéticos fósseis e outros minerais e metais, necessita urgentemente de alimentar o seu próprio processo de industrialização...”* (2007, p. 8).

Na mesma publicação Ian Taylor reforça que a presença da RPC no continente é *“Guiada pelo desejo de obtenção de materiais para alimentar a crescente economia chinesa ... pelo que tem vindo a atrair a atenção dos dirigentes ocidentais”* (2007, p. 10).

Carmen Mendes, para além de reiterar a necessidade de recursos como o motivo que justifica a presença chinesa em África, associa-lhe um outro de cariz fundamentalmente político que passa por impedir que Taiwan seja reconhecido internacionalmente. Para esta autora, estes dois factos constituem-se nas suas prioridades internas e condicionam a execução de toda a política externa chinesa (Mendes, 2010, p. 39).



O estabelecimento de relações mais estreitas entre a RPC e os países do continente africano viu o seu ponto alto em novembro de 2006, quando se realizou, em Pequim, a terceira reunião do *Forum on China-Africa Cooperation* (FOCAC) (Obi, 2010, p. 186).

A FOCAC, “*promove o estabelecimento de uma plataforma para a consulta coletiva e de um mecanismo de cooperação entre a RPC e África, baseado no apoio mútuo e desenvolvimento comum*” (Campos & Vines, 2008, p. 5).

Um bom exemplo da política chinesa para África é a relação que mantém com os países lusófonos daquele continente. Atenta aos laços linguísticos entre esses Estados, “*a China estabeleceu uma ligação adicional com esses países aproveitando a rede lusófona criada por Portugal*” (Alves, 2008, pp. 69-70).

Neste contexto e de acordo com Helena Rodrigues, a RPC “*usando o legado de agressão colonial e experiência de libertação como forma de desenvolver laços com países recém descolonizados, que a China começou a “definir o seu rumo”, passando a reger as suas relações com base na doutrina dos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica: respeito pela soberania, não-agressão, não-ingerência, igualdade e benefícios mútuos. É pois com base na proclamação dos “Cinco Princípios da Coexistência Pacífica” e no quadro da sua relação com as nações em desenvolvimento, em especial com África e América Latina, que deverá ser entendida a abordagem da RPC face aos Países de Língua Oficial Portuguesa (PLOP), uma vez que, à exceção de Portugal, todos os restantes PLP se situam na orla do que dantes era designado por “Terceiro Mundo”*” (Rodrigues, 2011, p. 4).

Consustanciando a atenção especial prestada para o espaço lusófono, a RPC “*preocupada com a penetração no mercado africano lusófono, a China foi a grande impulsionadora da criação do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, sediado em Macau e fundado nesta cidade em Outubro de 2003. A opção por Macau visa aprofundar o papel desta cidade como plataforma negocial, pela ligação que tem aos mundos lusófono e cinófilo. Dos Estados da CPLP, a China só não está presente em S. Tomé e Príncipe uma vez que este país preferiu estabelecer relações diplomáticas com Taiwan.*” (Alves, 2007, p. 61).

Em suma, a RPC é tida, de um modo consensual, como uma grande potência que conseguiu, habilmente, manter um regime político socialista e autoritário, adaptando-se, através de um pragmatismo evidente, a um novo contexto internacional em que as regras de relacionamento entre Estados são impostas pelos mercados económicos.



A postura que o governo chinês adotou, para fazer face às mudanças decorrentes da globalização, garantiu que:

- Internamente, cimentasse a sua legitimidade, proporcionando aos seus cidadãos um melhor nível de vida com elevadas taxas de crescimento económico;
- Externamente, garantisse a manutenção do seu lugar de influência no seio da Comunidade Internacional, passando a competir diretamente com os restantes poderes económicos – Estados Unidos da América (EUA) e União Europeia (UE).

A RPC, decorrente de um crescimento económico ímpar, deixou de ter capacidade interna de alimentar, principalmente no que respeita aos recursos energéticos, os seus setores de atividade económica, o que levou a que tivesse que se voltar para o mercado externo no sentido de colmatar essas carências.

O continente africano surge, assim, como o espaço mais adequado para a expansão chinesa. Tendo a capacidade financeira fundamental para se impor naquele mercado, a RPC ocupou, naturalmente, um espaço que, até aqui, era destinado às grandes potências ocidentais, pautando o seu posicionamento, num quadro de cooperação SUL-SUL na criação de condições que garantam ganhos a todos os atores envolvidos.

O espaço lusófono em África também tem representado particular importância para o desenvolvimento chinês. Neste enquadramento releva-se o papel de Angola, com quem a RPC tem tido uma estreita relação comercial nos últimos anos, que será desenvolvida em capítulo posterior.

Imediatamente atrás da RPC, com 17% da população mundial, a Índia tem vindo também a assumir-se como uma potência emergente. Com efeito, segundo Lourenço Azevedo, “ ... a Índia é a 12ª economia mundial, atrás dos restantes países BRIC, mas ocupa a quarta posição do ranking, em termos de paridade do poder de compra, atrás dos EUA, China e Japão. O crescimento do PIB em 2007 foi de 8.4%, ligeiramente inferior ao da China, que foi de 8.6%. É expectável que, em 2050 seja a segunda economia mundial, atrás da China e ultrapassando os EUA e o Japão.” (2011, p. 2).

Efetivamente, também Vibhuti Haté, na publicação *South Asia Monitor* do *Center for Strategic and International Studies*, aponta para o notável desenvolvimento económico da Índia, referindo um crescimento médio de 8% ao ano, nos últimos dez anos (2008, p. 1).

À semelhança da RPC, também a Índia tem necessidade de satisfazer a sua crescente economia, uma vez que os seus recursos naturais são já insuficientes. De facto, e



apesar de continuar a buscar esses recursos no interior do seu território, a evolução deste país, que, mantendo as taxas de crescimento demográfico, em 2030 terá uma população de cerca 1,5 mil milhões de habitantes, levará a que seja obrigado a importar a maioria dos seus recursos energéticos (Jornada, 2008, p. 33).

Reforçando a crescente carência indiana, no que diz respeito aos recursos energéticos, Peter Pham, Diretor do Centro Africano *Michael S. Ansari* do Conselho Atlântico dos Estados Unidos refere que “*De acordo com dados da Agência Internacional de Energia a Índia importa cerca de 75% do petróleo que consome, perspetivando-se que esta dependência externa atinja, em 2020, valores acima dos 90%.*” (2011, p. 11).

Ciente de que o caminho a seguir, para obter os recursos que precisa, é o da importação, a Índia tem vindo, desde os anos noventa do século XX, a orientar a sua política externa no sentido de obter maiores vantagens na obtenção dos bens de que carece. Deste modo, a Índia tem estabelecido acordos com os seus fornecedores que visam o estabelecimento de parcerias na construção de gasodutos para o abastecimento das suas populações (Jornada, 2008, p. 33).

Nesta busca pelos recursos energéticos, foi natural a primazia dada ao reforço das relações ancestrais com os países do continente africano, especialmente com os situados mais a leste. Com efeito, procurando alicerçar as relações económicas com África, são de realçar os esforços feitos pelo governo indiano na realização da Cimeira África-Índia, iniciativa semelhante ao FOCAC, que contou com a presença de mais de cinquenta chefes de Estado africanos e cujo objetivo se centrava no estabelecimento de plataformas de cooperação entre a Índia e os países africanos (Pham, 2011, p. 19).

Contudo, e embora tendo as mesmas prioridades da RPC, a sua aproximação é substancialmente diferente. A Índia, não dispondo dos enormes recursos financeiros de Pequim, procura e promove o envolvimento do setor privado nas iniciativas da sua diplomacia económica. Também no que respeita aos valores envolvidos, as discrepâncias entre o envolvimento destes dois países é evidente, sendo que a Índia investe, apenas, cerca de um décimo daquilo que a RPC está disposta a gastar (Sparks, 2011, p. 68).

Neste sentido, a Índia tem desenvolvido uma série de medidas de carácter económico, das quais destacamos o Programa *Focus Africa* que, iniciado em 2003, visa o apoio do Estado indiano ao estabelecimento de relações comerciais entre os Estados africanos e a Índia, promovendo o envolvimento de empresários de ambas as partes (Beerli, 2003, p. 222).



A Índia, encontra-se hoje numa situação muito similar à chinesa, quer no que diz respeito ao crescente desenvolvimento económico, como na consequente procura de recursos energéticos para alimentar essa evolução.

Os PALOP têm, também, vindo a desenvolver um crescente relacionamento com a Índia. Neste âmbito, salienta-se as relações que Angola e Moçambique, por serem aqueles com maiores reservas de recursos, têm vindo a desenvolver com aquele país asiático.

Assim, podemos adivinhar que, no futuro, em resultado das políticas desenvolvidas pelo governo indiano, que visam a implementação de programas que procuram uma cooperação indo-africana que vai mais além do que o plano económico, um papel cada vez mais influente no continente africano.

Os Estados africanos também têm tido bastante interesse no desenvolvimento desta relação com a China e a Índia.

Com efeito, de acordo com Jin Sil Hwang, referindo-se aos chineses, as políticas empregues no continente africano “...têm sido bastante apreciadas em África e vistas como mais favoráveis que as adotadas pela União Europeia que impõe condições para o desenvolvimento” (Hwang, 2010, p. 2).

As relações dos países africanos com a Índia têm sido vistas com importância similar. De facto, embora com menor fulgor, as relações indo-africanas têm sofrido uma evolução significativa. François Lafargue (2007 cit. por Jornada, 2008 p. 63) refere que em 2007 “o continente africano representa 4,6% do total do comércio externo indiano...” sendo que este é desenvolvido “...centrado na exportação de máquinas e equipamentos e bens de consumo...”.

Os países africanos de língua portuguesa também têm sido atingidos por esta nova vaga sino-indiana.

Relativamente à China, Helena Rodrigues considera que “O cenário traçado para as relações da RPC com os países africanos repete-se nos PLP...” pelo que “O comércio bilateral tem vindo a crescer a um ritmo acelerado em anos recentes, sendo que dos quatro PALOP, Angola é de longe o maior parceiro comercial da China” (2011, p. 14).

Também a Índia tem vindo a se apresentar como um importante parceiro para os PALOP. De acordo com Constantino Xavier, “No plano económico, o empenhamento indiano está já numa fase avançada. Um rápido olhar sobre os indicadores comerciais da Índia com os oito membros da CPLP indica que, apesar da recessão global, cresceram mais de quatro vezes em apenas cinco anos...” sendo que tal “... representa mais de 2,5 por cento do total do comércio da Índia...” (Xavier, 2010).



## **2. As políticas da China e da Índia para África.**

### **a. A China e a Índia em África**

O crescimento das economias chinesas e indianas levou a que as suas necessidades de recursos energéticos aumentassem de uma forma exponencial. Não sendo países totalmente desprovidos de recursos naturais, é certo que qualquer um destes dois gigantes tem vindo a tornar-se, do ponto de vista energético, cada vez mais dependente do exterior.

Neste sentido, a RPC e a Índia, comungando o mesmo objetivo, buscar os recursos que tanto necessitam, têm procurado ocupar uma posição privilegiada junto daqueles que se poderão constituir como seus fornecedores, adotando, no entanto, diferentes linhas de atuação (Sparks, 2011, p. 68). A RPC, de forma mais agressiva e a Índia, adotando uma estratégia mais suave.

A RPC tem mantido, desde meados do século passado, fortes relações com os países africanos e considera-os, no âmbito das relações internacionais, como importantes aliados junto das organizações internacionais. O apoio dado, por uma grande parte dos países africanos, aquando dos acontecimentos da praça de *Tiananmen*, em 1989, é um bom exemplo deste relacionamento próximo entre Pequim e as lideranças africanas (Taylor, 2007, p. 11).

Assim, é com naturalidade que a RPC se tem afirmado no continente africano como principal parceiro comercial. Neste contexto, em paralelo com o anteriormente expresso, a política adotada por Pequim para o continente africano, assume também particular importância.

Com efeito, a RPC tem procurado pautar as suas relações com África no sentido de garantir benefícios mútuos (para a RPC e para os Estados com que se relaciona) baseando as suas políticas em dois pressupostos (Hwang, 2010, p. 2):

- Não interferência na soberania dos Estados africanos, desde que estes respeitem o poder único da RPC continental;
- Execução de uma política económica com base na ajuda e comércio sem qualquer tipo de condicionalismos;

A adoção desta postura tem garantido ao governo chinês uma vantagem significativa perante os seus rivais ocidentais, que têm optado por tentar impor aos governos africanos contrapartidas políticas e económicas em troca de eventuais ajudas financeiras ou do estabelecimento de relações comerciais.



Neste sentido, segundo Jin Sil Hwang (2010, p. 3), podemos afirmar a emergência de um novo modelo económico proposto pelo governo chinês, o Consenso de Pequim<sup>3</sup>, que prevê que as relações comerciais entre os Estados se efetuem sem qualquer tipo de constrangimentos de índole política, em alternativa ao Consenso de *Washington*, marcadamente neoliberal, que faz depender o estabelecimento de relações económicas de uma anterior posição comum do ponto de vista político.

Conforme foi referido anteriormente, a RPC tem utilizado o FOCAC como plataforma preferencial para o estabelecimento das relações com os países africanos. Com efeito, tem sido através deste fórum que a RPC tem procurado alcançar as suas pretensões.

Através desta plataforma de entendimento com os líderes do continente africano, a RPC tem vindo a manifestar uma intensa atividade no sentido de assegurar as suas necessidades ao nível dos recursos, oferecendo em contrapartida importantes vantagens económicas e financeiras para os seus parceiros.

Ainda no contexto do FOCAC, salienta-se o comprometimento da RPC, evidenciado no plano de ação resultante da última conferência ministerial daquele fórum, em 2009, em cooperar com os países africanos nos mais variados aspetos. Assim, considerando a sua importância para o nosso estudo, relevam-se os aspetos económicos e no âmbito da segurança e paz regionais.

A respeito da segurança e paz regionais, salienta-se a vontade do governo chinês, em cooperar com os Estados africanos assentando essa parceria em dois vetores (FOCAC, 2010):

- *“Continuando a apoiar o Conselho de Segurança das Nações Unidas desempenhando um papel construtivo na resolução dos conflitos em África, continuando a apoiar e participar nas missões de paz no continente africano e apoiando os países africanos nos seus processos de reconstrução pós guerra”;*
- *“Apoiando o conceito de “Resolução dos problemas africanos por africanos”. Continuando, neste âmbito, a apoiar os esforços da União Africana (UA), de outras organizações regionais e de países empenhados na resolução de conflitos regionais. Intensificando a cooperação com os*

---

<sup>3</sup> Consenso de Pequim – *“Modelo que contradiz a ideia de liberalização política ou reformas económicas como condições fundamentais para o desenvolvimento de longo prazo. Em vez disso, o desenvolvimento é estimulado através do comércio e investimento em infraestruturas e instituições sociais”* (Thompson, 2008 cit. por Mendes, 2010, p. 46).



*países africanos, no que respeita ao desenvolvimento de capacidades, treino e pesquisa teórica de operações de apoio à paz”;*

No âmbito da cooperação económica o mesmo documento expõe as principais linhas de ação, desenvolvendo aspetos desde a agricultura ao setor dos transportes, passando por outros como os serviços, as infraestruturas, o comércio, as finanças e a cooperação empresarial. Neste sentido, destaca-se o compromisso do governo chinês nos seguintes aspetos (FOCAC, 2010):

- Formação e treino de técnicos africanos em várias áreas. Neste âmbito o governo chinês pretende garantir a formação de 20000 pessoas até ao final de 2012;
- Abertura de uma linha de crédito, em instituições financeiras chinesas, no valor de 1000 milhões de dólares para o desenvolvimento de pequenas e médias empresas africanas;
- Ao nível comercial, estabelecer medidas especiais, entre as quais a diminuição de taxas aduaneiras, para facilitar o comércio entre os dois países;
- No campo das infraestruturas, salienta-se a atribuição de uma verba de 10 000 milhões de dólares, para empréstimo, destinadas ao desenvolvimento infraestrutural dos Estados africanos;
- No apoio ao investimento e cooperação empresarial a RPC pretende ainda aumentar o valor do fundo, já existente, no valor de 3000 milhões de dólares, para apoio ao estabelecimento de empresas chinesas em continente africano.

A acrescentar a estas medidas salienta-se ainda o perdão da dívida a mais de trinta Estados africanos (Eneka, 2010, p. 213), o que facilita ainda mais a sua ascensão como parceiro privilegiado dos países africanos.

Como vemos, o governo chinês tem procurado capitalizar as vantagens decorrentes da sua política económica para África que, claramente a beneficia em relação a concorrentes como a UE, os EUA ou a própria Índia. Com efeito, em pouco mais de dez anos Pequim, garantiu a abertura do continente africano às suas políticas, expandiu o seu mercado às economias daqueles países e descobriu uma série de novas oportunidades para expansão da sua forte economia (Eneka, 2010, p. 216).



Na sua procura pelos recursos necessários à sua economia emergente, a Índia também tem voltado a sua economia para o continente africano. Embora o tenha feito num patamar financeiro substancialmente inferior.

A aproximação indiana, no entanto, ao contrário da chinesa, que centra no seu governo todo o desenvolvimento da sua relação com os Estados africanos, é baseada fundamentalmente através do recurso ao setor privado (Sparks, 2011, p. 68), ainda que o governo indiano também se envolva, fomentando o investimento de empresas indianas no continente africano e facilitando o estabelecimento de relações comerciais entre empresas dos dois países.

De acordo com Donald Sparks, (2011, p. 72) “...o envolvimento indiano, não sendo elevado, irá aumentar consideravelmente nos próximos anos”. Representando cerca de 6,4 % das importações e 6,5% das exportações indianas e atingindo valores na ordem dos 10000 e 7000 milhões de dólares, respetivamente. Estes montantes, em conjunto, correspondem a cerca de 0,3% do Produto Interno Bruto (PIB) indiano.

Já para Alex Vines (2010, p. 3), as relações bilaterais entre a Índia e o continente africano, embora se encontrem num patamar inferior às chinesas, não são de desprezar. Tendo sofrido um forte incremento na última década, as mesmas situam-se na ordem dos 40000 milhões de dólares, que representam cerca de 8% do comércio global indiano e 0,8% do PIB.

Como vemos, a abordagem indiana não está tão assente numa base financeira com forte pendor do Estado, mas sim numa postura de troca comercial.

Ainda assim, procurando, à semelhança do governo chinês, captar a atenção dos Estados africanos, o governo da Índia promoveu também a realização de uma cimeira indo-africana, que teve lugar em 2008. No entanto, a adesão de apenas catorze líderes africanos foi substancialmente menor à registada na conferência da FOCAC de 2006, em Pequim, que contou com a presença de quarenta e oito chefes de Estado africanos (Sparks, 2011, p. 72).

No entanto, e apesar do pouco interesse manifestado, a Índia procurou, através do seu primeiro ministro, incentivar o comércio com o continente africano, através da eliminação de taxas aduaneiras para produtos de trinta e quatro países africanos e a abertura de uma linha de crédito de 5,6 mil milhões de dólares para apoiar o desenvolvimento industrial africano (Sparks, 2011, p. 72).

Para incentivar uma cooperação mais estreita com o continente africano, o governo indiano dá especial atenção ao programa *Focus Africa*. A partir deste programa de



incentivo ao estabelecimento de relações comerciais, têm sido atingidos importantes resultados no estabelecimento de relações bilaterais entre a Índia e os Estados do continente africano.

Também no âmbito da cooperação económica e financeira com os Estados africanos, a Índia estabeleceu o programa *Team 9*, com objetivos similares aos do *Focus Africa*, mas com uma orientação geográfica para os Estados da África ocidental.

Para além dos programas *Focus Africa* e *Team 9*, eminentemente voltados para o desenvolvimento de relações comerciais, a aproximação indiana a África também se estende a outras áreas de cooperação. Com interesse para o nosso estudo, destacamos as que estão relacionadas com a preservação da paz regional e com a assistência às forças de defesa africanas.

A Índia vê a participação em missões de paz como uma das formas de afirmação dos seus anseios para ocupar um papel de maior relevo no seio das Nações Unidas. Com efeito, só ao longo de do ano de 2011, o número de capacetes azuis indianos ascendeu a mais de 8000 militares em 9 das 14 missões de paz existentes. Este facto, contribui não só para o cumprimento da Carta das Nações Unidas, mas também para o desenvolvimento de boas relações com países de diferentes partes do mundo, em especial com os subdesenvolvidos Estados africanos (Nambiar, 2011).

De facto, as Forças Armadas indianas têm vindo a contribuir para as várias missões de paz em continente africano, o que contribui para que o seu país seja visto com amizade por parte das populações africanas (Beeri, 2003, pp. 227-228). De acordo com a ONU, a Índia disponibiliza militares das suas forças armadas para quatro forças multinacionais no continente africano – a *United Nations Operation in Côte d'Ivoire* (UNOCI), a *United Nations Organization Stabilization Mission in the Democratic Republic of the Congo* (MONUSCO), a *United Nations Mission in Liberia* (UNMIL) e a *United Nations Mission in the Republic of South Sudan* (UNMISS) (ONU, 2012).

A assistência às forças de defesa africanas é vista, pelo Estado indiano, como um dos pilares em que devem assentar as relações com os países daquele continente.

Observando a falta de formação dos militares africanos, principalmente ao nível de graduados, a Índia participou ativamente, entre 1990 e 2001, na formação de oficiais e sargentos de doze países africanos<sup>4</sup>, promovendo a frequência de cursos nas escolas de formação das forças armadas indianas (Beeri, 2003, p. 228).

---

<sup>4</sup> Segundo Beeri (2003, p. 228) a Índia treinou, ao abrigo do ITEC, militares da África do Sul, Botswana, Burkina Faso, Gana, Maurícias, Madagáscar, Nigéria, Quênia, Senegal, Seychelles, Tanzânia e Uganda..



Ainda no campo militar, e de acordo com Ruchita Beerli (2003, p. 228), salientam-se as exportações de material militar efetuadas para as Maurícias, Guiné-Bissau e Namíbia e a importação de armas da África do Sul.

#### **b. Países Africanos de Língua Portuguesa**

O envolvimento da RPC e da Índia junto dos países africanos de língua portuguesa segue o padrão evidenciado para o resto do continente.

Com efeito, a presença da RPC também se desenvolve através de uma plataforma formal, o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a RPC e os Países de Língua Portuguesa, que conta com a presença de todos os PALOP com exceção de São Tomé e Príncipe não tem relações formais com a RPC, devido ao facto de reconhecer Taiwan (Rodrigues, 2011, p. 13).

Assim, as relações da RPC com o mundo lusófono africano podem ser divididas em dois patamares, totalmente distintos: as de Angola e as dos restantes países lusófonos (Moçambique, Cabo Verde e Guiné-Bissau).

Em Angola a presença chinesa tem vindo a ser cada vez mais notória. As relações comerciais entre Angola e a RPC apenas tiveram início a partir do ano 2002, coincidindo com o final da guerra civil naquele país africano. Desde então tem vindo a ser cada vez mais aprofundada (Alves, 2010, p. 5).

Do ponto de vista económico, tem sido evidente o forte apoio dado pela RPC no sentido de desenvolver a economia Angolana. Com efeito, a cooperação chinesa abrange quase todos, senão todos, os seus setores de atividade.

Financeiramente, em 2004, a RPC abriu duas linhas de crédito que têm vindo a ser aumentadas sucessivamente ao longo dos anos, expandindo, não só o crédito ao Estado angolano como também o espetro de envolvência chinesa em Angola (Alves, 2007, p. 65).

Estes factos marcaram apenas o início de uma relação profícua que conduziu Angola ao topo das parcerias chinesas, não só no continente africano como também a nível global. De facto, Angola tem sido um dos países que mais beneficia do apoio chinês.

No âmbito comercial, diretamente ligada às linhas de crédito criadas, a presença da RPC no mercado angolano tem também sido exponencial. Segundo Ana Alves (2010, p. 8), entre 2002 e 2008, os valores envolvidos nas trocas comerciais entre os dois Estados, passaram de 1000 milhões de dólares para 25600 milhões de dólares, correspondendo a 22% e 0,35% do PIB angolano e chinês, respetivamente.

Para além da cooperação económica e financeira, a presença chinesa em Angola também se faz sentir no campo militar. Neste âmbito, a cooperação faz-se sentir por três



vias: uma comercial, através da compra de armamento e equipamento chinês, outra ligada à formação militar, principalmente na Força Aérea e, por último, no apoio à remoção de minas terrestres (Alves, 2010, p. 7).

Em Moçambique, a presença chinesa não é tão visível, do ponto de vista económico como em Angola. Com efeito, de acordo com Loro Horta, a presença económica estrangeira em Moçambique tem sido liderada por Portugal, a África do Sul e a Grã-Bretanha (2011, p. 10).

O interesse chinês em Moçambique, ainda de acordo com Horta, está assente em três aspetos fundamentais (2011, pp. 10-12):

- Os recursos minerais moçambicanos, principalmente, o carvão, área para a qual se prevê um forte investimento chinês;
- Grandes extensões de áreas cultiváveis e disponíveis para serem exploradas por chineses. Existem negociações entre a RPC e Moçambique que atestam esta vontade chinesa;
- Posição geográfica privilegiada de Moçambique junto de outros países fornecedores de carvão, o que possibilita um escoamento mais fácil dos bens obtidos nesses Estados vizinhos de Moçambique, por via marítima.

As relações de Cabo Verde e Guiné-Bissau, com a RPC apresentam valores muito mais modestos, se vistos numa perspetiva de comparação com os anteriores países lusófonos. No entanto, é de referir que, do ponto de vista destes dois Estados, essa relação assume particular importância.

De acordo com Pedro Tavares, as relações comerciais entre Cabo Verde e a RPC, referindo dados do ano de 2009, ascenderam a 35,4 milhões de dólares, 1,73% do PIB cabo-verdiano. Neste âmbito, o governo cabo-verdiano tem vindo a procurar aumentar o patamar de cooperação com o governo chinês, incrementando as relações comerciais entre os dois países, embora num nível financeiro substancialmente inferior aos referidos para Angola e Moçambique (2010, p. 126).

No plano militar têm sido feitos acordos, numa base regular, que garantiram às Forças Armadas de Cabo Verde, fardamento, viaturas e embarcações. Recentemente foram também assinados protocolos, no âmbito da formação militar, que garantem a formação de quadros nas academias chinesas (Tavares, 2010, p. 137).

As relações comerciais entre a Guiné-Bissau e a RPC são praticamente inexistentes. Segundo dados do FOCAC, relativos a 2005 os valores das trocas comerciais entre os dois países ascendem a 5.79 milhões de dólares, menos de 1% do PIB Guineense (2010).



No entanto, de acordo com declarações da ministra guineense da Economia, Maria Helena Nosolini Embaló, a Guiné está empenhada em aumentar esse relacionamento, pretendendo criar condições para incrementar o investimento chinês naquele país (Lusa, 2011).

A Índia, apesar das relações ancestrais que mantém com o mundo de língua portuguesa, em especial com Moçambique, em função da sua localização geográfica, não dispõe de fortes laços comerciais com o espaço lusófono. No entanto, o Estado indiano tem procurado incrementar o seu relacionamento com os países africanos lusófonos, em particular com Angola e com Moçambique.

Com efeito, o facto de Portugal ter tido, no passado, uma forte presença na Índia, contribuiu para uma grande proximidade indo-lusófona. A este facto podemos, também aliar o inequívoco apoio da Índia aos movimentos de libertação dos países africanos de língua portuguesa, desde a década de cinquenta até à independência daquelas antigas colónias portuguesas.

Apesar de ainda não ter sido assinado qualquer acordo bilateral entre Angola e a Índia, as relações comerciais entre estes dois países têm sofrido uma grande evolução nos últimos anos. A este facto não é, obviamente alheio o enorme potencial angolano ao nível dos recursos.

Assim, são de destacar os memorandos de entendimento assinados em 2010, entre Angola e a Índia. Em Janeiro desse ano a empresa petrolífera estatal angolana, a Sonangol, acordou cooperar com a *India's Oil and Natural Gas Commission* (ONGC), no sentido de incrementar a colaboração, neste ramo de atividade, entre estes dois países e Estados terceiros. Em outubro de 2010, os ministros de petróleo dos dois governos assinaram também um acordo reforçando o entendimento alcançado entre aquelas duas empresas (India's Ministry of External Affairs, 2012a).

Para além de negócios no setor petrolífero, o Estado indiano também tem interesse especial nos recursos minerais. Neste sentido, o comércio de diamantes assume especial relevo, sendo de esperar que a indústria de diamantes indiana, após acordos estabelecidos com a Endiama, maior empresa angolana do ramo, estabeleça, em Luanda, um Instituto de produção, corte e polimento de diamante (Vines, 2010, p. 5).

Do ponto de vista militar as relações entre a Índia e Angola podem ser resumidas ao papel ativo do Estado indiano nas missões, no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), que tiveram lugar naquele território no final do século passado.



Moçambique, ao longo dos tempos, tem vindo a ser um ponto de entrada da Índia na África Austral, sendo a escolha desta ex-colónia para acolher uma das três reuniões do *Conclave Partnership Project*, organizada pelo Banco de exportação-importação indiano (EXIM), um bom exemplo da sua importância para a Índia (Naidu, 2010, p. 40).

A sua posição, relativamente próxima do continente asiático, se comparada com a de outros parceiros do Estado indiano, permitiu-lhe assumir uma posição privilegiada nas relações com o Estado indiano, originando uma forte influência indiana na sua sociedade.

Nos dias de hoje, a Índia tem procurado estabelecer com Moçambique uma forte relação, sendo de destacar a sua presença em setores de atividade tais como o comercial, industrial, telecomunicações, agricultura e também ao nível da segurança.

Assim, ao nível da economia, de acordo com o ministério do exterior indiano, as *“relações económicas e comerciais entre a Índia e Moçambique têm crescido nos anos mais recentes. A Índia encontra-se entre os cinco maiores parceiros comerciais de Moçambique. A participação de companhias indianas em linhas de crédito resultarão num aumento das exportações.”* (Índia’s Ministry of External Affairs, 2012b).

Adicionalmente, e enquadrado na sua busca por recursos minerais, a Índia tem manifestado interesse no carvão, de elevada qualidade, existente em Moçambique. Neste contexto, em 2009, a companhia indiana *Coal India Ltd* garantiu a exploração de duas minas na região de Moatize (Vines, 2010, p. 7).

No campo da segurança e defesa, os Estados indiano e moçambicano também têm vindo a aproximar-se nos últimos anos. Em 2009, durante a visita à Índia do presidente moçambicano, Armando Emílio Guebuza, o primeiro ministro indiano, Manmohan Singh, referiu que os dois países estão empenhados em estreitar os seus laços, ao nível do desenvolvimento dos recursos humanos e das infraestruturas, da parceria política, da cooperação económica, e do fortalecimento da cooperação na defesa e segurança (Indo-Asian News Service IANS, 2009).

Paralelamente, de forma a fazer face aos problemas de segurança na costa oriental africana e na busca de monitorizar as atividades paquistanesas e chinesas no oceano Índico, o Estado indiano tem vindo a estabelecer acordos com variados Estados, entre os quais Moçambique (Naidu, 2010, p. 48).

Neste âmbito, enfatizam-se as ações de treino conjunto entre as marinhas indiana e moçambicana e o apoio indiano, através do uso da sua marinha, para garantir segurança, durante a cimeira da UA realizada, no ano de 2004, em Moçambique (Holslag, 2009, p. 825).



Os restantes três países africanos do espaço lusófono, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, não têm, ainda, uma relação expressiva com a Índia, sendo a existente relacionada com o apoio institucional no âmbito dos vários programas de apoio do Estado indiano aos países africanos.

No que respeita a Cabo Verde, o Estado indiano considera este país como um país amigo com condições para que sejam estabelecidas relações mais profundas. No entanto, devido à inexistência de uma comunidade indiana que operacionalize essa relação, as exportações indianas para Cabo Verde ainda se situaram, em 2010, em valores bastantes baixos, cerca de 700 mil dólares, embora tal tenha representado um aumento de 12,5% relativamente ao ano anterior (India's Ministry of External Affairs, 2011b), o que corresponde a 0,034% do PIB cabo-verdiano.

A Guiné-Bissau tem mantido, desde a sua independência, relações cordiais com a Índia. No âmbito das relações comerciais, as importações guineenses de origem indiana ascenderam aos cerca de 3,2 milhões de dólares em 2010, que representam cerca de 10% do total global das importações guineenses (India's Ministry of External Affairs, 2011a) e 0,32% do seu PIB.

A Índia tem vindo, também, no âmbito do seu projeto de cooperação técnica e económica (ITEC) a garantir formação a cidadãos guineenses (India's Ministry of External Affairs, 2011a).

São Tomé e Príncipe tem vindo, nos últimos anos, a receber um crescente apoio das autoridades indianas que se podem justificar pela recente descoberta de reservas petrolíferas em águas territoriais São Tomenses. Neste âmbito, destaca-se a participação de empresas indianas na exploração de dois blocos na zona de desenvolvimento conjunta com a Nigéria. A *Oil and Natural Gas Videsh* detém 13,5% de um bloco e a *Aban Engineering* esta envolvida na perfuração de um outro bloco (India's Ministry of External Affairs, 2012c).

### **c. Impacto das relações com África no desenvolvimento da China e da Índia**

#### **(1) Continente africano**

A presença chinesa e indiana no continente africano, como vimos, é fortemente motivada pelas suas crescentes necessidades de se abastecerem de recursos energéticos e de minérios em que são dependentes. Deste modo, importa saber em que medida a importação destes recursos é importante para aqueles países e o que realmente significam os mesmos.



Apesar das exportações africanas terem tido um assinalável crescimento nos últimos anos, a verdade é que as mesmas, têm um impacto bastante pequeno nas economias da RPC e da Índia.

As importações sino-indianas têm origem em regiões diversas como o médio oriente, a América Latina e, naturalmente de África, sendo que, deste continente, as mesmas se resumem principalmente a recursos minerais e a petróleo (International Energy Agency, 2007, p. 143).

A RPC importou, de acordo com o seu órgão oficial de estatística, o *National Bureau of Statistics of China* (2012), em 2011, bens no valor de 3 641 mil milhões de dólares, cerca de 60% dos quais provenientes dos seus 6 principais fornecedores (Japão, UE, ASEAN, Coreia do Sul, Taiwan e EUA,) (Starmass, 2011), nesta perspetiva não podemos afirmar que o papel dos Estados africanos no desenvolvimento da economia chinesa seja relevante.

No entanto, se tivermos em conta a sua necessidade de recursos energéticos, verificamos que, neste aspeto particular, a relevância dos países africanos aumenta consideravelmente, uma vez que, estes representam cerca de 11% do total das suas importações (Starmass, 2011). Neste âmbito, a RPC obtém do continente africano uma boa percentagem, cerca de 30% (Alves, 2007, p. 57) das suas necessidades de petróleo.

Por outro lado, ao nível das exportações, também podemos afirmar que o impacto das exportações de origem chinesa para África não é significativo, nos cerca de 1900 mil milhões de dólares do total das exportações chinesas (National Bureau of Statistics of China, 2012). Se tivermos em consideração que, segundo Donald Sparks (2011, p. 65), a RPC terá exportado para África, em 2011, bens no valor de 62 mil milhões de dólares, facilmente verificamos o pouco significado que o continente africano tem no comércio externo global chinês 3,4% das exportações e 0,8% do PIB chinês.

No campo da política externa, já poderemos considerar que a relação sino-africana é importante, na medida em que a atribuição de linhas de crédito para o desenvolvimento dos países africanos, mesmo os que não lhe garantem os desejados recursos, permite-lhe contar com o apoio dos Estados africanos nos variados *fora* internacionais.

O padrão das relações indianas com África obedece aos mesmos princípios observados com a RPC. Com efeito, as relações indo-africanas ainda não atingem um papel preponderante no cômputo global da economia indiana, apenas sendo relevantes quando se relacionam com os recursos energéticos e minerais.



Ainda assim, de acordo com o *African Development Bank Group* (2011, p. 1) “o comércio bilateral de África com a Índia floresceu rapidamente nas últimas duas décadas, crescendo de mil milhões de dólares em 1990 para 3 mil milhões em 2000, e escalando massivamente para 36 mil milhões em 2007/08...decrecendo, devido à crise financeira global para 32 mil milhões em 2010/11.”. Sendo que as importações indianas provenientes de África, no valor de 18,8 mil milhões de dólares, representam menos de 10% dos 287 mil milhões do total das importações indianas (*The African Development Bank Group*, 2011) (*Global finance*, 2011) e cerca de 0,42% do PIB indiano.

Como a RPC, a Índia também tem os recursos energéticos e minerais em mente quando estabelece relações com os Estados africanos. Nos dias de hoje, a Índia, que é o quinto maior consumidor mundial de energia, tem procurado diversificar as suas fontes de fornecimento de petróleo, até agora maioritariamente proveniente do médio oriente. Assim, tem aumentado as suas relações com os países africanos produtores de petróleo que já contribuem com cerca de 20% do total das importações indianas neste setor (*The African Development Bank Group*, 2011, p. 3).

No campo da política externa, a Índia também tem sabido tirar partido do potencial africano neste contexto. Embora a sua abordagem não seja tão ostensiva como a chinesa, que apenas estabelece relações com Estados que não disponham de recursos, se estes apoiarem as suas políticas nos órgãos internacionais que ambos façam parte, o Estado indiano também procura ganhar vantagens diplomáticas em retorno dos apoios que fornece aos Estados africanos.

## **(2) Países Africanos de Língua Portuguesa**

Os países lusófonos acompanham o restante continente africano neste baixo impacto, do ponto de vista económico, na RPC e na Índia. Como vimos, dos quatro países de língua portuguesa com os quais a RPC mantém relações diplomáticas e comerciais, apenas Angola e Moçambique apresentam números com algum relevo. Ainda assim, se considerarmos a sua relevância para a RPC, economicamente, esses números são insignificantes.

A exceção está apenas em Angola uma vez que detém o bem mais procurado pela RPC, o petróleo, tendo-se inclusivamente tornado no seu maior fornecedor a nível mundial desde 2006 (Alves, 2007, p. 56), pelo que, dada a necessidade chinesa nesta matéria, a sua importância para a RPC aumenta consideravelmente.

Também relativamente à Índia o fator recursos representa um papel importante no estabelecimento de relações com os Estados africanos lusófonos. Assim, em virtude de



serem detentores de importantes recursos naturais ou de uma posição geográfica que facilite o comércio desses bens, apenas representam alguma relevância para a Índia as relações com Angola, que é o terceiro maior fornecedor indiano oriundo de África (The African Development Bank Group , 2011, p. 4), com São Tomé e Príncipe, que mantém relações políticas de proximidade com o Estado indiano, com o qual assinou já variados acordos de cooperação (India's Ministry of External Affairs, 2012c) e Moçambique, considerado importante pela sua localização geográfica e pelos recursos de carvão que possui (Vines, 2010, p. 7).

Ainda assim, e embora estes países sejam importantes no contexto regional africano, o impacto das suas relações comerciais com a Índia na globalidade da economia indiana é completamente inócuo, menos de 0,001% cada.



### **3. Os países africanos e a cooperação Sino-Indiana**

#### **a. Países Africanos**

Os países africanos têm vindo a tirar importantes dividendos decorrentes da crescente relação que vêm mantendo e ampliando com a RPC e com a Índia. De facto, devido à inexistência de grandes exigências para o estabelecimento de relações comerciais e para a obtenção de financiamento, os países africanos têm vindo a privilegiar as relações com os dois gigantes asiáticos, vendo-os como uma vantajosa alternativa aos tradicionais parceiros ocidentais.

Com efeito, através das várias plataformas de cooperação criadas pela RPC e pela Índia, os países do continente africano, em especial aqueles que detêm valiosos recursos energéticos, têm vindo a crescer significativamente o que representa uma enorme mais-valia na medida em que lhes garante um acesso mais facilitado a recursos financeiros importantes.

Assim, recorrendo à FOCAC a RPC tem vindo a implementar-se como um importante parceiro dos países do continente africano. Neste âmbito, ressalta também o incremento considerável dos valores resultantes das trocas comerciais entre os Estados africanos e a RPC, que passaram de cerca de 5000 milhões de dólares em 1995 para mais de 100 000 milhões em 2009 e que catapultaram a RPC para o terceiro lugar na lista dos principais parceiros do continente africano, seguindo de perto os EUA e a EU (Eneka, 2010, p. 213).

A Índia, embora tenha vindo a fazer uma aposta evidente no continente africano, segundo Ruchita Beerli (2003, p. 223), as mesmas ainda têm um significado diminuto quando comparadas com as importações africanas.

No entanto, esta visão de que as relações da RPC e da Índia apenas trazem benefícios para o continente negro, tem sofrido, por parte de alguns autores, forte contestação. Na opinião destes, esta presença sino-indiana em África apenas tem como objetivo a exploração dos recursos naturais do continente e não representa qualquer benefício para os povos africanos. Acrescentando que a presença chinesa e indiana é, efetivamente, uma nova forma de colonialismo e reedita a disputa europeia do século XIX pelos territórios africanos.

Ian Taylor, no seu artigo *Unpacking China's Resource Diplomacy in Africa* (2007, pp. 11-12) refere, relativamente à RPC, que aquele país apenas procura obter os recursos do continente africano e não o seu desenvolvimento, pelo que a sua política de não envolvimento nos assuntos de Estados soberanos é apenas a via encontrada para granjear a



boa vontade das elites que governam a maioria dos Estados africanos e assim obter os recursos de que tanto necessita.

As potências europeias também têm vindo a observar a presença chinesa em África com bastante preocupação, em virtude de considerarem que a ajuda financeira e as relações comerciais chinesas conduzirão a uma situação de desequilíbrio comercial e afetarão a indústria e o comércio dos Estados africanos (Hwang, 2010, p. 3).

Alemayehu Geda (2006, p. 4), estudando o impacto da presença sino-indiana em África identificou que a presença chinesa e indiana em África tinha impacto na competitividade dos países daquele continente. Deste modo, considerou que estes se podem considerar como vencedores ou perdedores. Assim, vencedores distinguiram-se dos perdedores por serem “...aqueles países para quem o número de setores com mais-valias comerciais são superiores aos setores que apresentam perdas” (Geda, 2006, p. 4).

É um facto que as opiniões acerca das vantagens para os Estados do continente africano, resultantes da presença dos gigantes asiáticos em África, não são consensuais. Efetivamente, é evidente que as crescentes relações comerciais entre estes atores tem o potencial para fazer catapultar o crescimento e desenvolvimento dos países africanos, no entanto, o padrão com que se tem desenvolvido estas relações demonstra que essa oportunidade não tem sido aproveitada, na medida em que o investimento sino-indiano não é canalizado para o desenvolvimento das economias e, conseqüentemente, para o desenvolvimento social das populações africanas.

#### **b. Países Africanos de Língua Portuguesa**

Analogamente ao que verificamos para o continente africano, também nos países africanos de língua portuguesa se verifica o padrão de relações com a RPC e a Índia. Ou seja, diferenciam nitidamente a relação que mantêm com Angola e Moçambique daquelas que desenvolvem com os restantes países lusófonos.

Se com os primeiros, mais ricos em recursos naturais, procuram basear o relacionamento em trocas comerciais e fomentando o investimento naqueles territórios no sentido de garantir o acesso aos recursos, com os outros, ambicionam captar a sua simpatia, o que lhes poderá ser útil na consecução dos seus objetivos nos vários *fora* a que pertencem. Desta forma, o envolvimento e a presença da RPC e da Índia nos países africanos de língua portuguesa é, à semelhança do que acontece em todo o continente, desigual, seja nos motivos ou na forma como ele se estabelece.

De acordo com Duarte Alves esta relação sofreu um grande impulso quando “A 22 de Março de 2004, em Pequim, Angola e a República Popular da China assinaram um



*acordo que garantia ao primeiro uma linha de crédito de 2 mil milhões de dólares concedida pelo banco chinês Eximbank.*” (2007, p. 65) permitindo ao Estado angolano recusar o apoio do fundo monetário internacional (FMI) que se proporcionaria em condições muito menos vantajosas.

No entanto, de forma idêntica ao que acontece no resto do continente africano, esta parceria tem vindo a enfrentar alguma contestação, pelo que “...começam a levantar-se vozes contra a excessiva dependência das autoridades angolanas face aos créditos de Pequim”, desta forma, “ ... não só foram retomadas as negociações com o FMI, como também em alguns leilões de blocos petrolíferos as empresas chinesas foram preteridas” (Pavia, 2011, p. 15).

A contestação é, também, provocada por outros motivos:

- O desenvolvimento das infraestruturas tem sido executado por empresas chinesas, apoiadas pelas grandes companhias chinesas do setor do petróleo, e não, como seria de esperar, por empresas angolanas, impedindo que os restantes setores da economia angolana beneficiem do investimento chinês (Campos & Vines, 2008, p. 5).
- A qualidade das infraestruturas construídas pelos chineses não tem sido a desejável (Pavia, 2011, p. 15)
- O investimento não tem diminuído a taxa de desemprego angolana, na medida em que as empresas chinesas têm empregado, preferencialmente, mão de obra chinesa (Campos & Vines, 2008, p. 5). Também neste âmbito, são referidos problemas de comunicação e maus tratos entre as empresas chinesas e os poucos trabalhadores angolanos empregues (Pavia, 2011, p. 15).

As relações comerciais indo-angolanas, embora tenham ainda pouco tempo de existência, vêm assumindo cada vez maior importância, e embora a Índia, em virtude da menor capacidade financeira, ainda não esteja no patamar atingido pela RPC, o valor das suas exportações para Angola alcançou já um patamar bastante elevado, tendo passado de 200 milhões de dólares em 2006 para os 682.98 milhões de dólares de 2011 (Índia’s Ministry of External Affairs, 2012a).

No âmbito da cooperação financeira, realça-se a abertura de linhas de crédito, pelo governo da Índia ao Estado Angolano destinadas, entre outros projetos, à reabilitação da Companhia de caminhos de ferro de Moçâmedes, à aquisição de veículos agrícolas de fabrico indiano, à construção de um parque industrial e à produção de algodão. Os valores



destas linhas de crédito ultrapassam os 100 milhões de dólares (Índia's Ministry of External Affairs, 2012a).

O relacionamento sino-moçambicano é manifestamente diferente do angolano. No entanto, segundo Loro Horta (2011, p. 10), desde 2007 que as relações comerciais entre os dois países ganharam um novo ímpeto passando de valores na ordem dos 200 milhões de dólares naquele ano para 690 milhões de dólares no ano de 2010, derivados do investimento chinês no âmbito das infraestruturas, dos minérios e da agricultura.

Adicionalmente, foi aberta uma linha de crédito ao governo moçambicano para a construção de uma barragem no centro do país. Empresas chinesas têm vindo a executar importantes obras por todo o país e o governo chinês também tem vindo a apoiar o Estado moçambicano na remodelação de algumas infraestruturas (Horta, 2011, p. 10).

Se no caso de Angola as posições da RPC e da Índia são completamente assimétricas, em Moçambique, em função da importância geoestratégica que tem para a Índia, podemos dizer que o envolvimento dos gigantes asiáticos, neste caso, se efetua numa situação de paridade.

Com efeito, o volume de exportação da Índia para Moçambique atingiu os valores de 353 e 607 milhões de dólares, em 2010 e 2011 respetivamente (Índia's Ministry of External Affairs, 2012b), que representaram em 2010 cerca de 10% do total de importações moçambicanas.

No âmbito do apoio financeiro, destaca-se a abertura de uma linha de crédito, no valor de 30 milhões de dólares, através do EXIM, destinada à eletrificação agrícola das províncias moçambicanas de Gaza, Inhambane, Zambézia, e Nampula (The African Development Bank Group, 2011, p. 7) e o cancelamento da dívida moçambicana por parte do governo indiano, inserido na sua iniciativa para o apoio ao desenvolvimento de países em vias de desenvolvimento (Sinha, 2010, p. 78).

Também no setor dos transportes, a presença indiana é bastante forte, relevando-se o envolvimento da empresa indiana *Railway Technical and Economic Services (RITES)* “...num projeto de larga escala em Moçambique destinado a segurar o transporte de carvão para o porto da Beira, de onde poderá ser exportado através do oceano Índico” (Mawdsley & McCann, 2010, p. 86).

O envolvimento da RPC e da Índia com os países lusófonos menos poderosos, assume, como referimos anteriormente, uma dimensão muito menor relativamente ao que se passa com Angola e Moçambique. Se excetuarmos o caso de São Tomé e Príncipe, que ainda não tem a situação do petróleo nas suas águas territoriais devidamente esclarecido,



poderemos afirmar que estes Estados apenas têm relevância para a RPC e para a Índia no âmbito da política internacional, uma vez que o seu apoio pode ser importante para a consecução dos objetivos junto das organizações comuns.

Assim, no caso das relações entre Cabo Verde e a RPC, salientam-se os recentes acordos celebrados, em janeiro de 2012, entre o Estado cabo-verdiano e o governo chinês, prevendo a abertura de uma linha de crédito visando “...a concessão de um crédito para a habitação social no valor de 51 milhões de dólares e empréstimos sem juros, para o mesmo projeto, num total de 12 milhões de dólares.” e de um acordo, englobado na mesma iniciativa de cooperação para “...a ampliação do Estádio Nacional em mais 5 mil assentos, perfazendo um total de 15 mil lugares, e a ampliação e reabilitação do Palácio da Presidência da República” (Infopress, Expresso das Ilhas, 2012).

Já no que diz respeito às relações com a Índia, de acordo com o ministério de assuntos externos indiano (2011b), existe já apoio ao nível das infraestruturas fundamentalmente relacionadas com as áreas da saúde e indústria. Neste âmbito, a Índia atribuiu uma linha de crédito no valor de 5 milhões de dólares para a construção de parque tecnológico em Cabo Verde e apoiou o governo daquele Estado insular no combate ao surto de dengue que assolou o país em 2010 com uma verba de 50 mil dólares.

A Guiné-Bissau praticamente não tem beneficiado de qualquer apoio da RPC, no entanto, têm vindo a público notícias que referem a possibilidade de existência de interesses chineses no bauxite existente na Guiné. Caso esse interesse venha a ser efetivado representará um investimento na ordem dos 600 milhões de dólares (ANGOLAHUB, 2010).

Nas relações que a Guiné tem vindo a manter com a Índia, salienta-se a linha de crédito de 25 milhões de dólares no âmbito do projeto *Team 9*, do qual a Guiné-Bissau faz parte que, embora seja um valor baixo representa, ainda assim 2,5% do PIB daquele Estado (India's Ministry of External Affairs, 2011a).

São Tomé e Príncipe não tem relações diplomáticas com a RPC, pelo que não poderemos definir qual a presença chinesa naquele Estado.

No que respeita às relações comerciais com a Índia, a balança pende notoriamente para o lado indiano que exporta, uma grande variedade de produtos mas cujos valores, devido aos custos de embarque, ainda se mantêm em patamares bastante baixos, apenas 1 milhão de dólares, ou seja 0,5% do PIB São Tomense (India's Ministry of External Affairs, 2012c).



### **c. Impacto no desenvolvimento dos países africanos**

#### **(1) Continente africano**

As relações desenvolvidas pelos dois gigantes asiáticos com os Estados do continente africano, têm causado um impacto relevante no desenvolvimento económico e social, na medida em que tem possibilitado o crescimento da grande maioria dos Estados africanos. De facto, de acordo com o FMI, a maioria dos Estados africanos encontra-se em franca ascensão.

No entanto, se esse impacto pode ter aspetos positivos, também se verificam alguns aspetos que poderão dificultar ou até impedir que este crescimento seja sustentado.

Com efeito, a RPC e a Índia não procuram nem fomentam a diversificação dos setores a exportar do continente, limitando as suas importações aos recursos naturais que lhes são importantes como são o petróleo, o gás natural e minério (FMI, 2011, p. 39).

Este facto leva a que seja criada a ilusão de um crescimento sustentado quando, na verdade, se está apenas a gastar os recursos existentes e a impedir o crescimento dos restantes setores da economia. Neste sentido, se os países africanos não alterarem as condições em que se desenvolvem estas relações sino e indo-africanas, a consequência será certamente uma quebra no crescimento.

Outro problema reside no sistema de financiamento dos países africanos. A RPC, ao abrir linhas de crédito com condições de retorno bastante favoráveis para aqueles Estados, apesar dos princípios que postula, impõe-lhes outro tipo de condições, como seja a obrigatoriedade de se atribuir a responsabilidade de execução do projeto a que se destina o financiamento a empresas chinesas (Hwang, 2010, p. 5).

Desta forma, podemos afirmar que, de facto, não existe qualquer investimento, isto é, a RPC ao conceder um empréstimo, através de um banco controlado pelo Estado, a um país africano, para garantir a execução de um dado projeto impõe como condição, que seja uma companhia chinesa, também estatal, a levar a cabo a tarefa. Assim, aquilo que acontece é que a RPC se financia a si própria, e garante o acesso aos recursos africanos como contrapartida.

O sistema indiano, por se desenvolver com menor intervenção do Estado, e por privilegiar e fomentar o envolvimento privado, acaba por ser ultrapassado e, consequentemente, por causar um impacto menos visível, uma vez que, não tem a capacidade de garantir condições idênticas às da RPC (Sparks, 2011, p. 72). No entanto, poder-se-á dizer que este modelo indiano é aquele que na realidade se desenvolve no âmbito da relação *win-win*, que os dois gigantes tanto advogam.



## **(2) Países Africanos de Língua Portuguesa**

O impacto das relações da RPC e da Índia nos países lusófonos acompanha o padrão verificado nos restantes Estados africanos, carecendo dos problemas que apresentámos anteriormente.

O Estado Angolano tem tido um relacionamento privilegiado com a RPC. Desde que, em 2004, foram firmados os acordos de ajuda financeira chinesa a Angola que a sua influência é cada vez mais notória e não se cinge ao setor energético, uma vez que tem vindo a marcar presença, quase constante, em praticamente todos os grandes empreendimentos levados a cabo pelo Estado angolano (Campos & Vines, 2008, p. 4).

A atividade chinesa em África tem, de facto, rapidamente se expandido a outras áreas da sociedade. Em 2007, apenas três anos após iniciar esta relação mais profunda, de acordo com Duarte Alves (2007, p. 66), as empresas chinesas estavam já ocupadas “...entre outros projetos, da construção da estrada Luanda – Uíge, do apetrechamento de 31 institutos médicos, 10 hospitais e 10 centros de saúde um pouco por todo o país, 15 escolas, irrigação de projetos agrícolas em várias províncias, construção da linha-de-ferro Luanda-Malange, participação em parte da reconstrução do caminho-de-ferro de Benguela e reconstrução do edifício do Ministério das Finanças...”.

Também Diego Pautasso (2009, p. 28), apresenta este facto referindo “*Na verdade, os técnicos chineses estão em quase todas as principais obras do país africano, desde a construção de escolas até às redes de saneamento básico (água e esgoto), energia elétrica e comunicações, além de infraestruturas urbanas*”

Perante a realidade chinesa, podemos afirmar que a Índia, em Angola, está condenada a ocupar um lugar subalterno e sem capacidade que lhe permita causar qualquer impacto, em Angola, ainda que, ultimamente, o Estado angolano tenha passado a procurar alternativas financeiras que, no futuro, outros atores possam ter uma palavra a dizer.

Em Moçambique, embora num patamar de valores abaixo dos praticados em Angola, mas com os mesmos objetivos, a RPC tem procurado ocupar um espaço privilegiado e aumentar a sua influência. Assim, “...através do seu banco estatal, atribuiu um empréstimo de mais de 2,3 mil milhões de dólares para a construção de uma grande barragem no centro do país. Empresas chinesas construíram estradas, pontes, instalações militares, hospitais entre outros espalhados por todo o país” (Horta, 2011, p. 10).

Para Loro Horta (2007), embora os valores envolvidos nas trocas comerciais e no investimento não sejam de todo extraordinárias, a rapidez com que a RPC se instalou na sociedade moçambicana é impressionante e demonstra que os objetivos chineses não se



resumem à obtenção de recursos, tendo-se tornado multidimensionais, envolvendo conceitos como a cooperação e a competição entre o Estado chinês e os cidadãos privados.

A Índia, nas suas relações com Moçambique, já tem conseguido acompanhar a influência chinesa. O interesse da Índia neste território não é novo, na medida em que durante o período colonial foram criados laços entre estes dois povos que se foram fortalecendo no período pós independência de Moçambique.

Outro ponto chave na relação indo-moçambicana é a convergência de problemas ao nível da segurança nos seus mares territoriais. Neste âmbito, devido à incapacidade de Moçambique para garantir essa segurança, leva a que se coloque sob a alçada da Índia, aumentando por essa via a influência da Índia em Moçambique.

Em Cabo Verde, São Tomé e na Guiné, as atividades levadas a cabo pelas duas potências asiáticas é praticamente residual, mesmo no contexto específico de cada um destes países.

Com efeito, a RPC e a Índia, têm mantido estes Estados lusófonos na sua esfera de atuação mas apenas tendo como objetivo, como já havíamos referido, a garantia do apoio destes Estados junto da comunidade internacional. Nesta medida consideramos que não existe qualquer impacto ou efeito, que se sinta de forma constante, em consequência das interações da RPC ou da Índia com aqueles três Estados lusófonos.



#### 4. A política externa de Portugal para a África lusófona

A presença de Portugal nos países africanos de língua oficial portuguesa tem sido uma constante ao longo dos últimos anos. A este facto não são alheios os estreitos laços resultantes de cinco séculos de estável presença lusa no continente africano que serviram, por certo, para estimular a ligação com estes países.

Esta presença portuguesa nos antigos territórios ultramarinos tem sido visível aos mais variados níveis. No entanto, as relações económicas e as atividades resultantes dos projetos de CTM têm vindo a manifestar uma importância singular na medida em que assumem, nas sociedades daqueles Estados africanos, uma significativa relevância.

Assim, segundo dados do Banco de Portugal (BP), as relações comerciais entre Portugal e os PALOP evoluíram *“de uma forma diferenciada em 2010 com as exportações a acentuarem a tendência de descida iniciada em 2009 e as importações a demonstrarem um crescimento importante. Em 2010 o mercado, constituído por este conjunto de países absorveu 6,6% das exportações portuguesas totais”* (2011, p. 143).

Se a nossa análise se reportar ao período dos últimos dez anos, verificamos que não tem existido uma variação significativa pelo que, desta forma, podemos afirmar que a relação económica entre Portugal e os PALOP é marcada pela regularidade.

Efetivamente, as importações provenientes daqueles países nunca tiveram grande expressão no nosso país, situando-se sempre abaixo de 1% do total das importações nacionais (apenas em 2010, com um valor de 602 milhões de euros ultrapassaram 1% do total das importações). Já as exportações para a África lusófona têm vindo a ser aumentadas a um ritmo de 1,5% ao ano, tendo passado de 823 milhões de euros em 2002 para 2414 milhões em 2010 (Banco de Portugal, 2011, p. 145).

No ano de 2010 o produto interno bruto de Portugal foi de 172 546 milhões de euros, pelo que o total das relações comerciais entre o nosso país e os Estados africanos lusófonos, atingindo 3016 milhões de euros, representou apenas cerca de 1,75% do PIB português.

Angola é, entre todos os países lusófonos, o PALOP que mantém a relação económica mais forte com o nosso país, muito devido ao facto de ser aquele que dispõe de uma maior capacidade no que respeita aos recursos naturais e energéticos.

Da totalidade das importações portuguesas do espaço lusófono, cerca de 93,5 % provém de Angola, maioritariamente referentes aos combustíveis minerais. Seguindo um molde similar, este país é também o principal destino de produtos portugueses sendo



responsável uma importante fatia, cerca de 79,3%, do total das exportações portuguesas para os países lusófonos (Banco de Portugal, 2011, p. 144).

O valor resultante das relações comerciais entre Portugal e Angola tem mantido uma tônica constante ao longo dos últimos anos, notando-se apenas uma ligeira quebra de importações em 2009 e das exportações em 2010 (Banco de Portugal, 2011, p. 145). Em 2010 foi atingido o valor total de 2478 milhões de euros, resultante das relações comerciais entre os dois países, que representa 1,43% e 3,95% dos PIB português e angolano, respetivamente.

Portugal ocupou, em 2010, o oitavo lugar no conjunto dos importadores de produtos Angolanos, representando cerca de 1,8% do total das exportações de petróleo bruto angolanas<sup>5</sup>. No que respeita às importações angolanas, os 13,8% de produtos provenientes de Portugal fazem do nosso país o principal exportador para aquele país (Banco de Portugal, 2011, p. 31).

As relações comerciais com os restantes países africanos lusófono, inferindo da esmagadora supremacia angolana neste âmbito, é significativamente mais reduzida na medida em que os valores atingidos não têm impacto significativo para a economia portuguesa. Com efeito, o total das exportações de Portugal para aqueles países atinge apenas o valor de 538 milhões de euros, 1,3% da totalidade. Relativamente às importações, verifica-se que representam, com 36 milhões de euros, menos de 0,1% das importações nacionais (Banco de Portugal, 2011, p. 145).

No entanto, se analisarmos os números do lado dos países africanos lusófonos deparamo-nos com uma realidade bem diferente.

No caso de Cabo Verde, podemos verificar que, em 2010, este país exportou para Portugal produtos no valor de 7 milhões de euros que representaram 22,7% do total das suas exportações, fazendo de Portugal o segundo maior destino dos seus produtos, logo atrás da Espanha. Quanto às importações, Portugal ocupa o lugar cimeiro entre os parceiros comerciais de Cabo Verde, exportando produtos no valor de 263 milhões de euros, cerca de 51,4% do total das importações cabo-verdianas (Banco de Portugal, 2011, p. 51). Os 270 milhões de euros que, em 2010, resultaram das relações comerciais entre Portugal e Cabo Verde, representam cerca de 21,8% do PIB daquele país insular.

A Guiné-Bissau não teve qualquer atividade de exportação para Portugal (os anos anteriores também revelaram valores quase residuais) e importou 43 milhões de euros, o

---

<sup>5</sup> O Petróleo Bruto que representa mais de 96% do total das exportações angolanas (Banco de Portugal, 2011, p. 23).



que faz de Portugal o seu segundo maior parceiro (Banco de Portugal, 2011, p. 71). Este valor representa cerca de 6,8% do PIB guineense.

Moçambique apresentou, entre 2002 e 2010, no que respeita às importações de produtos de Portugal, uma considerável evolução na medida em que o valor atingido por estas trocas praticamente triplicou, 54 milhões de euros em 2002 e 151 milhões em 2010. Este valor representa 4,3% das importações moçambicanas e fez de Portugal o quarto maior exportador para aquele país. Quanto às exportações, o nosso país foi o terceiro maior destino dos produtos moçambicanos, com cerca 4,8% do total, atingindo valores a rondar os 29 milhões de euros (Banco de Portugal, 2011, p. 87). Os 170 milhões de euros resultantes das trocas comerciais luso-moçambicanas representaram 2,1% do PIB moçambicano.

São Tomé e Príncipe tem Portugal como o principal destino dos seus produtos com cerca de 44,4% das suas exportações que atingiram em 2010 cerca de 11 milhões de dólares. No que respeita às importações cerca de 60,9% provêm de Portugal (Banco de Portugal, 2011, p. 111). O volume das trocas comerciais entre o nosso país e São Tomé e Príncipe atingiu em 2010, de acordo com o BP, 43 milhões de euros (p. 145), cerca de 28,9% do PIB são tomense.

A cooperação militar entre Portugal e os PALOP tem sido, como referimos anteriormente, um dos pilares fundamentais em que se sustentam as relações de Portugal com os PALOP. De facto, existe nos países lusófonos, como em qualquer Estado de direito, a preocupação de afirmar a sua soberania. Deste modo, a atividade das forças armadas portuguesas no sentido de colaborar na formação e aprontamento das forças armadas daqueles antigos territórios ultramarinos tem sido bastante importante.

A cooperação militar de Portugal com os PALOP, de acordo com o Relatório de Atividades da CTM do ano de 2010, elaborado pelo Gabinete do Chefe do Estado Maior do Exército (RCMA/GabCEME, 2011) *“materializa-se através da execução dos Projetos inscritos nos Programas-Quadro (PQ), negociados e aprovados com cada país ao nível bilateral e desenvolve-se fundamentalmente em duas vertentes:*

- *Através do empenhamento de militares do Exército Português em missões inscritas no PQ aprovado para cada País e outras Extra-PQ. Estas ações são consubstanciadas em assessorias técnicas, prestação de serviços, apoio à organização e funcionamento de Unidades, Estabelecimentos e Órgãos das Forças Armadas dos PALOP e assistência médico-sanitária;*



- *Receção em Portugal de militares para frequência de cursos de formação, qualificação e atualização, visitas de carácter técnico e assistência hospitalar a militares dos PLOP. Esta última vertente é extensível aos familiares, quando o tratamento/consulta não é possível nos respetivos países.*

Portugal tem acordado com todos os países africanos de língua portuguesa, com exceção da Guiné-Bissau, vários PQ que abrangem a generalidade das do campo de atuação das forças armadas dos PALOP.

Com Angola, o programa quadro em vigor, assinado em 2010, para o triénio 2011-2014, abrange dez projetos destinados a apoiar as forças armadas angolanas nos seguintes aspetos (MDN, 2010):

- *Projeto nº1 - Apoio à Estrutura Superior da Defesa nacional e das Forças Armadas Angolanas;*
- *Projeto nº2 – Apoio à Escola Superior de Guerra;*
- *Projeto nº3 – Apoio à Direção dos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas;*
- *Projeto nº4 – Apoio à Direção de Forças Especiais;*
- *Projeto nº5 - Apoio ao Centro de Instrução de Operações de Paz;*
- *Projeto nº6 – Apoio ao Estado-Maior do Exército;*
- *Projeto nº7 – Apoio à Academia Militar do Exército;*
- *Projeto nº8 – Apoio à Marinha de Guerra Angolana;*
- *Projeto nº9 – Apoio à Força Aérea Angolana*
- *Projeto nº10 – Formação em Portugal e apoio à formação em Angola.*

O programa quadro relativo à CTM com Moçambique abrange o período entre 2010 e 2013 e compreende 13 projetos (MDN, 2009);

- *Projeto nº1 - Apoio à Estrutura Superior da Defesa nacional e das Forças Armadas;*
- *Projeto nº2 – Apoio à Estrutura Superior da Marinha de Guerra;*
- *Projeto nº3 – Apoio à Academia Militar Samora Machel;*
- *Projeto nº4 – Apoio à Polícia Militar;*
- *Projeto nº5 – Apoio ao Centro de Formação de Forças Especiais;*
- *Projeto nº6 – Apoio ao Grupo de Escolas de Formação da Marinha de Guerra;*



- *Projeto nº7 – Apoio ao Centro de Formação e Batalhão de Fuzileiros Navais;*
- *Projeto nº8 – Apoio à Escola de Sargentos das Forças Armadas de Moçambique;*
- *Projeto nº9 - Apoio ao Desenvolvimento das Comunicações Militares;*
- *Projeto nº10 – Apoio à criação do Instituto de Estudos Superiores Militares;*
- *Projeto nº11 - Apoio à Engenharia do Exército;*
- *Projeto nº12 – Apoio à organização da Força Aérea de Moçambique;*
- *Projeto nº13 – Formação em Portugal.*

O governo cabo-verdiano e o Estado português assinaram em 2011, um programa quadro para o biênio 2012-2014 que envolve projetos nas seguintes áreas (MDN, 2011b):

- *Projeto nº1 - Apoiar a Estrutura Superior das Forças Armadas de Cabo Verde;*
- *Projeto nº2 – Apoiar a organização e funcionamento da Escola Militar;*
- *Projeto nº3 – Apoiar a organização e formação de unidades de Polícia Militar;*
- *Projeto nº4 – Apoiar a consolidação da estrutura organizacional, formativa e operativa da Guarda Costeira;*
- *Projeto nº5 - Apoiar a consolidação da estrutura organizacional, formativa e operativa dos Fuzileiros Navais;*
- *Projeto nº6 – Apoiar o Centro Militar de Instrução Conjunto do Morro Branco;*
- *Projeto nº7 – Formação em Portugal.*

São Tomé e Príncipe dispõe também um programa quadro abrangente, definido para o período entre 2011 e 2013, que envolve seis projetos (MDN, 2011a):

- *Projeto nº1 - Apoio à Estrutura Superior da Defesa e das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe;*
- *Projeto nº2 – Apoio ao CIM na formação de Oficiais, Sargentos e Praças e Treino de Unidades para Operações Conjuntas de Interesse Público, Ajuda Humanitária, Gestão de Crises e de Apoio à Paz;*



- *Projeto nº3 – Desenvolver e aplicar em benefício das infraestruturas militares as capacidades de intervenção do Pelotão de Engenharia Militar de Construções do Exército de São Tomé e Príncipe;*
- *Projeto nº4 – Apoio à Guarda Costeira Santomense e ao Serviço de Apoio à Navegação;*
- *Projeto nº5 – Apoio ao desenvolvimento das comunicações Militares;*
- *Projeto nº6 – Formação em Portugal.*

A Guiné-Bissau teve, até 2010, à semelhança dos restantes PALOP, um programa quadro de CTM que se desenvolvia dentro dos padrões que apresentámos para os restantes países. No entanto, desde o início de 2011 que foram cessados todos os projetos que até então se desenvolviam devido à falta de estabilidade política naquele país (RCMA/GabCEME, 2011).

Os programas de cooperação representam um enorme esforço financeiro do Estado português. Com efeito, observando apenas a execução financeira dos projetos ligados ao exército (ramo que tutela a maioria dos projetos de CTM com os países lusófonos) durante o ano de 2010, verificamos que os valores ascenderam a quase 2 milhões de Euros (RCMA/GabCEME, 2011, p. 61).

A forma como a RPC e a Índia têm entrado nas sociedades dos países africanos lusófonos tem sido vista como uma ameaça à ancestral influência de Portugal junto daquelas antigas províncias ultramarinas. No entanto, se analisarmos os dados económicos do BP (2011, p. 145), verificamos que, apesar de se ter registado nos últimos anos um amplo incremento das relações comerciais da RPC e da Índia com os PALOP, esta situação não reproduziu grandes efeitos nas relações destes com Portugal, porquanto o padrão das relações luso-africanas se tem mantido estável.

No âmbito das relações militares, verificamos que a presença lusa se sobrepõe de uma forma concludente à chinesa e à indiana. De facto, Portugal tem mantido uma notória influência militar através de uma série de programas de cooperação que lhe garantem uma posição quase hegemónica neste quadrante, enquanto a RPC e a Índia têm tido uma aproximação mais suave e mais voltada para a vertente comercial.

Assim, em nosso entender, a ideia de que a presença sino-indiana representa uma ameaça para Portugal, não tem razão de existir. Na verdade, ela deverá ser vista como uma oportunidade para o nosso país que, através da posição privilegiada que ocupa junto dos



PALOP pode, do ponto de vista económico, reexperimentar a expansão para oriente e assim, criar novos destinos para os seus produtos e serviços.

Desta forma, existem várias formas de aproveitar esta presença sino-indiana na África lusófona.

Para Luís Tomé, uma das vias que Portugal poderá optar por seguir, é tentando entrar como mais um elemento nas relações do Estado chinês com os países lusófonos, ou seja “ *Portugal poderá ver a presença chinesa na África lusófona como uma oportunidade colmatando as falhas do investimento chinês*” tornando as relações bilaterais em trilaterais, ou seja, para Tomé, a atual conjuntura, que leva a que tanto Portugal, principalmente por ser membro da UE, como os PALOP, principalmente Angola, pela quantidade de recursos que detém e pelas privilegiadas relações que já desenvolveu com a RPC e a Índia, sejam considerados como parceiros estratégicos pelos governos chinês e indiano, poderá funcionar como alavanca para a criação de condições para que o nosso país possa entrar na lógica de *Win-Win* já estabelecida entre aqueles gigantes e os países africanos de expressão portuguesa (Tomé, 2012).

Outro caminho a seguir, poderá passar, segundo Carmen Amado Mendes (2012), por um maior aproveitamento do *Forum* Macau. Segundo esta autora, a participação do nosso país neste *Forum* demonstra que a China tem procurado manter Portugal no quadro do seu relacionamento com os países africanos lusófonos.

Deste modo, na opinião de Carmen Mendes, Portugal deverá ter um papel mais interventivo no âmbito do *Forum* Macau procurando, por esta via, posicionar-se como um elo de ligação entre a RPC e os PALOP procurando tirar vantagens deste crescente relacionamento para a consecução da sua estratégia para a África lusófona (Mendes, 2012).

Para Sofia Fernandes, a presença chinesa nos países africanos lusófonos, concretamente em Angola, não se apresenta numa postura competitiva relativamente aos interesses de Portugal, devido ao facto do mercado ser suficientemente vasto permitindo a coexistência entre todos os atores. Para esta investigadora, a resposta oficial portuguesa poderia passar por uma clara definição das políticas nacionais para os PALOP, aumentando a cooperação com aqueles países, garantindo assim a manutenção da influência junto dos países africanos lusófonos (Fernandes, 2012).

Constantino Xavier considera que Portugal não deverá ver a, cada vez maior, presença indiana e chinesa nos países lusófonos como uma ameaça. De facto, este especialista em assuntos indianos, considera mesmo que tal apreciação seria “*um erro tremendo*”, na medida em que tal apenas seria verdade se não existisse capacidade para



conseguir tirar partido da situação. Na sua opinião, Portugal deverá sim “...*estudar a presença chinesa e indiana em África, não entrando no simplismo de assumir que a China e a Índia precisam de Portugal para entrar em África...*” devendo assim, “...*conhecer esta presença de forma a procurar pequenos nichos em que Portugal pode colaborar apresentando-se como detentores de uma mais-valia necessária para a China ou a Índia*” (Xavier, 2012).

Concretizando, para Constantino Xavier (2012), Portugal poderá afirmar-se, neste enquadramento de relacionamento sino-indiano com os PALOP através de três linhas de ação:

- Ao nível diplomático, efetuando esforços para envolver a RPC e a Índia na CPLP, conferindo-lhes o estatuto de observadores desta organização lançando as bases para que a presença sino-indiana se fizesse mais numa base colaborativa com os membros da organização, promovendo o envolvimento de todos os membros da CPLP;
- No campo militar, tirando partido das afinidades que detém com a Índia, no campo das missões de apoio à paz, estabelecer laços entre as forças armadas dos dois países, que poderiam revelar-se importantes para a manutenção da influência lusa nos PALOP;
- No campo da formação, apoiando e promovendo o ensino da língua portuguesa a diplomatas e militares chineses e indianos. A manifesta vontade da RPC e da Índia em se estabelecer em África leva a que exista uma necessidade emergente daqueles países no âmbito linguístico.

Portugal, perante a influência sino-indiana junto dos PALOP, como pudemos constatar pelas opiniões dos estudiosos citados anteriormente, deverá procurar tirar partido daquelas que são as suas principais vantagens junto dos PALOP, mantendo e fomentando as afinidades culturais e linguísticas, principal elo de ligação luso-africano, cultivando uma maior cooperação diplomática com a RPC e a Índia, promovendo uma maior intervenção do nosso país junto das plataformas existentes que impulsionam o relacionamento da RPC e da Índia com a África lusófona e dinamizando e exponenciando a cooperação militar com os PALOP, elemento que tem sido gerador de prestígio de Portugal junto daqueles países.



## Conclusão

Tendo por objetivo a procura de recursos minerais e de hidrocarbonetos, a China e a Índia têm, de facto, vindo a incrementar as relações que mantêm com os países do continente africano.

Baseando as suas políticas em conceitos novos, reconhecendo os Estados africanos como iguais e estabelecendo um *modus operandi* cuja a mais-valia está representada nos benefícios obtidos por todos, os governos chinês e indiano têm sido bem sucedidos nesta busca, tendo vindo paulatinamente a ocupar o lugar de principais parceiros comerciais dos países africanos.

O desenvolvimento do nosso estudo para dar resposta à primeira pergunta derivada permitiu verificar que, quer a RPC quer a Índia têm vindo, embora adotando posturas notoriamente diferentes, a incrementar a sua presença em África, em resultado de uma crescente necessidade dos recursos minerais e energéticos para satisfazer as suas fortes economias em crescimento.

No entanto, também é verdade que o resultado das relações estabelecidas entre estes países não tem um impacto significativo no crescimento das economias chinesa e indiana. Com efeito, apenas no setor energético, principalmente no petróleo, se denota alguma importância das importações provenientes de África que, embora tenham registado nos últimos anos um notável crescimento, ainda se encontram em patamares bastante baixos, tendo em conta a totalidade das importações daqueles países no setor.

Os países africanos lusófonos têm vindo a experimentar um padrão muito similar aos restantes países do continente africano. Da pesquisa que efetuámos percebe-se que, entre os PALOP, apenas Angola, devido às suas enormes riquezas naturais tem garantido alguma influência económica junto da RPC e da Índia.

Deste modo, podemos afirmar que a primeira hipótese que elencámos foi validada, na medida em que o impacto das relações mantidas com os países africanos no desenvolvimento da RPC e da Índia é bastante reduzido e que, não obstante este facto, a tendência de crescimento se deverá manter.

Procurando, em resposta à nossa segunda pergunta derivada, perceber o impacto, nos países africanos, da presença sino-indiana naquele continente, constatou-se que estas duas potências, principalmente a RPC, procuram estabelecer um novo modelo de cooperação económica que, em oposição ao modelo ocidental, se baseia num conceito de relação entre os Estados que garanta benefícios mútuos, que não observe qualquer ingerência nos assuntos internos e não imponha qualquer condição política ou económica.



Demonstrou-se também, que as relações sino-indianas com África se traduzem num efetivo benefício para os Estados daquele continente. Em nosso entender é evidente que o envolvimento chinês e indiano no continente africano, alicerçado nos diversos mecanismos criados por aqueles Estados para fomentar o estabelecimento de relações comerciais, estatais ou privadas, consubstancia um importante impacto junto das frágeis economias africanas.

No entanto, apurámos, de igual modo, que este tipo de relações não gera um entendimento consensual, na medida em que a forma como os diversos projetos associados ao investimento chinês e indiano em África são implementados, principalmente aqueles que estão relacionados com a RPC, não fomentam o desenvolvimento económico e social dos Estados daquele continente, nem promovem a diversificação das suas economias africanas, tornando aqueles países, em consequência, dependentes apenas da comercialização do recurso pretendido pela China ou pela Índia e afetando gravemente as possibilidades de sustentabilidade das suas economias.

No que concerne às relações com os países africanos de expressão portuguesa, verificou-se que estas acompanham a tendência do resto do continente e que a importância que a RPC e a Índia têm vindo a alcançar junto destes países tem assumido uma relevância cada vez maior, principalmente em Angola e Moçambique, onde os dois Estados asiáticos figuram entre os principais parceiros comerciais.

Neste sentido, validou-se a segunda hipótese. Efetivamente, existe um claro benefício, ainda que conjuntural e nem sempre bem direcionado, para os países africanos em resultado do crescente investimento sino-indiano, verificando-se portanto, a lógica subjacente à cooperação SUL-SUL, que pressupõe que as relações entre os vários países do hemisfério sul se poderão constituir como uma alternativa ao padrão comercial considerado tradicional.

Confirmou-se ainda que, os PALOP também eles têm tirado vantagens neste relacionamento que estabelecem com a RPC e com a Índia, ainda que as mesmas se registem de forma diferenciada, consoante o potencial que cada um dos países lusófonos dispõe ao nível dos recursos.

Portugal, tem mantido uma presença constante nos antigos territórios ultramarinos. Esta presença é desenvolvida através de uma atividade económica estável, ainda que com resultados são bastante reduzidos, quando enquadrados na realidade nacional, e de uma intensa atividade de cooperação de âmbito militar, desempenhado um importante papel na



formação e desenvolvimento das estruturas de defesa dos Estados africanos de língua portuguesa.

Assim, para responder à nossa terceira pergunta derivada, analisámos as relações económicas entre Portugal e os PALOP, apurando que, do ponto de vista comercial, atendendo aos indicadores económicos fornecidos pelo BP, a crescente presença chinesa e indiana nos PALOP não se traduziu em qualquer impacto negativo, na medida em que não se verificou qualquer inflexão nos valores relacionados com as exportações e importações entre Portugal e os países africanos lusófonos.

Identificámos também que, em sintonia com os indicadores económicos, a CTM entre Portugal e os PALOP tem mantido uma relevante posição junto daqueles. Com efeito, todos os países lusófonos têm manifestado interesse em conservar os seus programas quadro de CTM com Portugal, demonstrando dessa forma a importância que os mesmos representam para os seus países. Existem, em vigor, trinta programas de CTM entre Portugal e os países africanos de expressão portuguesa que abrangem os três ramos das forças armadas e resultam num importante esforço para as forças armadas portuguesas.

A importância que Portugal demonstra possuir para os PALOP não advém unicamente do idioma que partilha com estes países africanos, nem se estabelece tendo a CPLP como plataforma privilegiada, muito embora estes dois fatores se constituam como importantes para o fortalecimento dos laços dentro do espaço lusófono. Neste sentido, a nossa terceira hipótese não foi validada no seu todo, uma vez que quer as relações comerciais, quer os acordos de cooperação são efetuados de uma forma bilateral, à margem da CPLP e seguem, em nosso entender, uma lógica que não é suportada apenas no facto de estes atores falarem a mesma língua.

A RPC e a Índia têm vindo, como foi amplamente explanado, a incrementar a sua presença no continente africano, procurando lutar pela obtenção dos recursos energéticos vitais para saciar as suas economias, por novos mercados para escoar os seus produtos excedentários e por uma posição de influência junto dos países africanos a qual lhes poderá trazer benefícios diplomáticos nos diversos *fora* internacionais.

Os países africanos de língua portuguesa têm vindo a ser afetados, ainda que de um modo diferenciado, por esta crescente presença sino-indiana no continente, na medida em que registam os mesmos padrões de influência sino-indiana evidenciado nos restantes países de África.

Tendo em conta que o nosso estudo tem como quesito central procurar identificar o modo como pode Portugal manter a sua influência na África lusófona face à crescente



presença sino-indiana naqueles países de língua oficial portuguesa, consideramos que, fazendo face às ilações retiradas da pesquisa que efetuámos, consideramos que Portugal deve nortear o seu caminho para enfrentar a crescente influência sino-indiana na África lusófona adotando uma série de medidas que deverão incluir:

- Fortalecimento das relações diplomáticas com a RPC e a Índia envolvendo-os, como observadores no espaço lusófono e maior relevância, a CPLP;
- Um maior intervencionismo nos diversos espaços existentes para promoção das relações entre os PALOP com a RPC e a Índia;
- Pelo incremento das atividades de cooperação, procurando exportar o sucesso verificado ao nível da cooperação militar para outros setores de atividade.

Assim, do nosso ponto de vista, Portugal deverá, acima de tudo, observar esta ofensiva dos gigantes asiáticos como uma oportunidade que, se corretamente aproveitada, contribuirá, certamente, para a manutenção da influência portuguesa junto dos PALOP e aumentará as suas possibilidades de afirmação num quadro internacional ainda mais abrangente.



## Bibliografia

Alves, A. C., 2006. *EMERGING POSTCOLONIAL SOLIDARITIES: CHINA'S NEW ECONOMIC DIPLOMACY TOWARDS SUBSAHARAN AFRICA*. Wollongong - Austrália, s.n.

Alves, A. C., 2008. CHINESE ECONOMIC DIPLOMACY IN AFRICA: THE LUSOPHONE STRATEGY. In: C. Alden, D. Large & R. S. d. Oliveira, edits. *China Returns to Africa*. Nova Iorque: Columbia University Press.

Alves, A. C., 2010. *The Oil Factor in Sino-Angolan Relations at the Start of the 21st Century*, s.l.: s.n.

Alves, D. B., 2007. A Presença Chinesa em África: o Caso de Angola. *Negócios Estrangeiros*, pp. 56 - 71.

ANGOLAHUB, 2010. *Parceiros chineses chamados a dinamizar projectos mineiros e de obras públicas na Guiné-Bissau*. [Em linha] Disponível em: [http://www.angolahub.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=351%253A\\_chinese-partners-urged-to-back-mining-projects-and-public-works-in-guinea-bissau&catid=35%253Aangola&Itemid=64&lang=pt](http://www.angolahub.com/index.php?option=com_content&view=article&id=351%253A_chinese-partners-urged-to-back-mining-projects-and-public-works-in-guinea-bissau&catid=35%253Aangola&Itemid=64&lang=pt) [Consult. 17 1 2012].

Azevedo, L. M. S. d., 2011. *A RESSURGÊNCIA DA ÍNDIA*, Lisboa: s.n.

Banco de Portugal, 2011. *Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste*, Lisboa: s.n.

Beeri, R., 2003. India's Africa Policy in the Post-Cold War Era: An Assessment. *Strategic Analysis*, ABR - JUN.

Campos, I. & Vines, A., 2008. *ANGOLA AND CHINA - A Pragmatic Partnership*. Londres - Reino Unido, Center for Strategic and International Studies.

Enuka, C., 2010. THE FORUM ON CHINA-AFRICA COOPERATION (FOCAC): A FRAMEWORK FOR CHINA'S RE-ENGAGEMENT WITH AFRICA IN THE 21ST CENTURY. *Pakistan Journal of Social Sciences*, pp. 209-218.

Fernandes, S., 2012. *A influência da China e da Índia na África Lusófona*. Entrevistada por Osvaldo Rocha e Silva, Lisboa, 06 de Março de 2012.



FMI, 2011. *Regional Economic Outlook*, Washington: s.n.

FOCAC, 2010. *FORUM ON CHINA-AFRICA COOPERATION SHARM EL SHEIKH ACTION PLAN(2010-2012)*. [Em linha] Disponível em: <http://www.focac.org/eng/dsjbzjhy/hywj/t626387.htm> [Consult. 15 01 2012].

Geda, A., 2006. *The Impact of China and India on Africa: Trade, FDI and the African Manufacturing Sector*, s.l.: s.n.

Global finance, 2011. *India Country Report*. [Em linha] Disponível em: <http://www.gfmag.com/gdp-data-country-reports/255-india-gdp-country-report.html#axzz11YKHQQod> [Consult. 31 1 2012].

Haté, V., 2008. India in Africa: Moving beyond Oil. *South Asia Monitor*.

Holslag, J., 2009. The Persistent Military Security Dilemma between China and India. *The Journal of Strategic Studies*, 12, Volume 32, nº6, pp. 811-840.

Horta, L., 2007. *China, Mozambique: old friends, new business*. [Em linha] Disponível em: <http://www.isn.ethz.ch/isn/Current-Affairs/Security-Watch-Archive/Detail/?id=53470&lng=en> [Consult. 10 2 2012].

Horta, L., 2011. The Dragon and the Mamba: China's Growing Presence in Mozambique. *China Brief*, pp. 10-12.

Hwang, J. S., 2010. *China & Africa - Neo-Colonialism or long-term Partnership?*, Berlim: s.n.

IESM, 2011. *CEMC 2011-2012 - Temas para os trabalhos de investigação individual*. s.l.:s.n.

India's Ministry of External Affairs, 2011a. *India-Guinea Bissau Relations*. [Em linha] Disponível em: <http://mea.gov.in/mystart.php?id=50049992> [Consult. 26 1 2012].

India's Ministry of External Affairs, 2011b. *Country Brief: Cape Verde*. [Em linha] Disponível em: <http://mea.gov.in/mystart.php?id=50047977> [Consult. 25 1 2012].

India's Ministry of External Affairs, 2012a. *India-Angola Relations*. [Em linha] Disponível em: <http://mea.gov.in/mystart.php?id=50049987> [Consult. 25 1 2012].



India's Ministry of External Affairs, 2012b. *Mozambique - Country Note*. [Em linha] Disponível em: <http://mea.gov.in/mystart.php?id=500413974> [Consult. 25 1 2012].

India's Ministry of External Affairs, 2012c. *India – Sao Tome & Principe Relations*. [Em linha] Disponível em: <http://mea.gov.in/mystart.php?id=50049998> [Consult. 26 1 2012].

Indo-Asian News Service IANS, 2009. *Mozambique, India to work for making Indian Ocean 'safe' again*. [Em linha] Disponível em: <http://www.sify.com/news/mozambique-india-to-work-for-making-indian-ocean-safe-again-news-national-kj4v4nddech.html> [Consult. 24 1 2012].

Infopress, Expresso das Ilhas, 2012. *Cabo Verde assina protocolo com a China no valor de 80 milhões de dólares*. [Em linha] Disponível em: <http://www.expressodasilhas.sapo.cv/pt/noticias/go/cabo-verde-assina-protocolo-com-a-china-no-valor-de-80-milhoes-de-dolares> [Consult. 31 1 2012].

International Energy Agency, 2007. *World Energy Outlook - China an India Insights*. s.l.:s.n.

Jornada, H. L. d., 2008. *A China e a Índia no século XXI - Cooperação, Competição e distribuição de poder no Sistema Internacional*, Porto Alegre - Brasil: s.n.

Lusa, 2011. *Governo quer reforçar cooperação com a China ao nível empresarial -- ministra Maria Helena Nosolini Embaló. Novas da Guiné Bissau*.

Mawdsley, E. & McCann, G., 2010. *The Elephant in the Corner? Reviewing India-Africa Relations in the New Millennium. Geography Compass*, pp. 81-93.

MDN, 2011a. *COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR LUSO-SANTOMENSE - Programa Quadro 2011-2013*. s.l.:s.n.

MDN, M. d. D. n., 2009. *COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR LUSO-MOÇAMBICANA*. s.l.:s.n.

MDN, M. d. D. N., 2010. *Cooperação Técnico-Militar Portugal-Angola*. s.l.:s.n.

MDN, M. d. D. N., 2011b. *Cooperação Técnico-Militar Luso-Caoverdiana Programa Quadro 2012-2014*. s.l.:s.n.



Melber, H., 2007. The (not so) New Kid on the Block: China and the Scramble for Africa's Resources. In: M. C. Lee, H. Melber, S. Naidu & I. Taylor, edits. *CHINA IN AFRICA*. Estocolmo: Nordiska Afrikainstitutet, pp. 6 - 9.

Mendes, C. A., 2010. A China e a cooperação Sul-Sul. *Relações Internacionais*, Junho, pp. 39 - 46.

Mendes, C. A., 2012. *A Influência da China e da Índia na África Lusófona*. Entrevistada por Osvaldo Rocha e Silva, Lisboa, 01 de Março de 2012.

Naidu, S., 2010. India's African relations: in the shadow of China?. In: F. Cheru & C. Obi, edits. *Africa Now - The rise of China and India in Africa*. s.l.:s.n., pp. 34-49.

Nambiar, L. G. (. S., 2011. *UN Peacekeeping & India's National Strategy*. [Em linha] Disponível em: <http://www.idsa.in/event/INSPInt/UNPeacekeepingIndiasNationalStrategy> [Consult. 15 1 2012].

National Bureau of Statistics of China, 2012. *National Economy Maintained Steady and Fast Development in the Year of 2011*. [Em linha] Disponível em: [http://www.stats.gov.cn/was40/gjtjj\\_en\\_detail.jsp?searchword=imports&channelid=9528&record=2](http://www.stats.gov.cn/was40/gjtjj_en_detail.jsp?searchword=imports&channelid=9528&record=2) [Consult. 30 1 2012].

Obi, C., 2010. In: F. Cheru & C. Obi, edits. *The rise of China and India in Africa - Challenges, opportunities and critical interventions*. s.l.:Zed Books.

ONU, 2012. *United Nations Peacekeeping*. [Em linha] Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/current.shtml> [Consult. 15 4 2012].

Pautasso, D., 2009. As relações econômicas internacionais entre China e Angola. *Meridiano*, 4, pp. 27-29.

Pavia, J. Z., 2011. As Relações Angola - R. P. China. In: *A política externa de Angola no novo contexto internacional*. Lisboa: Quod Juris, pp. 7-19.

Pham, J. P., 2011. *INDIA IN AFRICA: IMPLICATIONS OF AN EMERGING POWER FOR AFRICOM AND U.S. STRATEGY*, Carlisle - Estados Unidos da América: s.n.



Pinto, J. P., 2011. *As Relações Win-Win - O pensamento certo no sucesso pessoal e empresarial*, s.l.: s.n.

RCMA/GabCEME, E. M. d. E., 2011. *Documento de Trabalho acerca dos Projetos de Cooperação Técnico Militar*. s.l.:s.n.

RCMA/GabCEME, G. d. C. d. E. M. d. E., 2011. *RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2010, Cooperação Técnico-Militar*, s.l.: s.n.

Rodrigues, H., 2011. *A AFIRMAÇÃO DA CHINA EM ÁFRICA E A UTILIZAÇÃO DE MACAU COMO PLATAFORMA DE APROXIMAÇÃO AOS PAÍSES LUSÓFONOS*. [Em linha] Disponível em: [http://www.politica-china.org/imxd/noticias/doc/1300823660China\\_en\\_%C3%81frica\\_Macau.pdf](http://www.politica-china.org/imxd/noticias/doc/1300823660China_en_%C3%81frica_Macau.pdf) [Consult. 27 12 2011].

Sinha, P. K., 2010. Indian development cooperation with Africa. In: F. Cheru & C. Obi, edits. *Africa Now - The rise of China and India in Africa*. s.l.:Zed Books, pp. 77-93.

Sparks, D. L., 2011. India and China's growing economic involvement in sub-Saharan Africa. *Journal of African Studies and Development*, pp. 65 - 75.

Starmass, 2011. *starmass.com - China Review*. [Em linha] Disponível em: [http://www.starmass.com/china\\_review/imports\\_exports/china\\_top\\_import\\_source.htm](http://www.starmass.com/china_review/imports_exports/china_top_import_source.htm) [Consult. 30 1 2012].

SUSSC, S. U. f. S.-S. C., 2012. *Special Unit for South-South Cooperation SUSSC*. [Em linha] Disponível em: [http://ssc.undp.org/content/ssc/about/what\\_is\\_ssc.html](http://ssc.undp.org/content/ssc/about/what_is_ssc.html) [Consult. 23 4 2012].

Tavares, P. B., 2010. *RELAÇÕES CABO VERDE-CHINA: Balanço dos Trinta e Dois Anos de Cooperação*, s.l.: s.n.

Taylor, I., 2007. Unpacking China's Resource Diplomacy in Africa. In: M. C. Lee, H. Melber, S. Naidu & I. Taylor, edits. *CHINA IN AFRICA*. Estocolmo: Nordiska Afrikainstitutet, pp. 10 - 25.

The African Development Bank Group, 2011. India's Economic Engagement with Africa. *Africa Economic Brief*, 11 5, 2(6).



Tomé, L., 2012. *A Influência da China e da Índia na África Lusófona*. Entrevistado por Osvaldo Rocha e Silva, Lisboa, 24 de Fevereiro de 2012.

Vines, A., 2010. *India's Africa Engagement: Prospects for the 2011 India–Africa Forum*, s.l.: s.n.

Xavier, C., 2010. *IDSACOMMENT: Portuguese-speaking countries: a new niche for Indian foreign policy?*. [Em linha] Disponível em: [http://www.idsa.in/idsacomments/PortuguesespeakingcountriesanewnicheforIndianforeignpolicy\\_cxavier\\_260810](http://www.idsa.in/idsacomments/PortuguesespeakingcountriesanewnicheforIndianforeignpolicy_cxavier_260810) [Consult. 4 1 2012].

Xavier, C., 2012. *A Influência da China e da Índia na África Lusófona*. Entrevistado por Osvaldo Rocha e Silva, Lisboa, 03 de Março de 2012.



## Anexo A – Indicadores Económicos

### Republica Popular da China e Índia

	PIB	EXPORTAÇÕES		IMPORTAÇÕES		COMÉRCIO TOTAL	
		TOTAL	% PIB	TOTAL	% PIB	TOTAL	% PIB
<b>RPC</b>	7 203 800	1 899 182	26,36	1 742 071	24,16	3 641 253	50,54
<b>Índia</b>	1 909 600	298 012,9	15,6	447 384,8	23,42	745 397,7	39,03

Fonte: FMI (Valores em milhões de dólares – Referente a 2011)

### Portugal

PIB	EXPORTAÇÕES		IMPORTAÇÕES		COMÉRCIO TOTAL	
	TOTAL	% PIB	TOTAL	% PIB	TOTAL	% PIB
172 546	53 560,8	31,04	65 937	38,21	119 497,8	69,25

Fonte: INE (Valores em milhões de euros – Dados de 2010)

PIB	EXPORT PALOP			IMPORT PALOP			COMÉRCIO PALOP		
	TOTAL	% Exp	% PIB	TOTAL	% Imp	% PIB	TOTAL	% Imp	% PIB
172 546	2414	4,50	1,39	601	0,91	0,34	3015	2,52	1,47

Fonte: INE (Valores em milhões de euros – Dados de 2010)

### Angola

PIB	EXPORTAÇÕES		IMPORTAÇÕES		COMÉRCIO TOTAL	
	TOTAL	% PIB	TOTAL	% PIB	TOTAL	% PIB
82 500	50 595	61,32	18 342	22,23	68 937	83,56

Fonte: Banco de Portugal (Valores em milhões de dólares – Dados de 2010)

PIB	Portugal			RPC			Índia		
	TOTAL	% Exp	% PIB	TOTAL	% Exp	% PIB	TOTAL	% Exp	% PIB
82 500	875,32	1,8	1	20 813,21	42,8	25,22	4 911,52	10,1	5,95

Fonte: Banco de Portugal (Valores em milhões de dólares – Dados de 2010 e apenas referentes às exportações de petróleo bruto)

PIB	Portugal			RPC			Índia		
	TOTAL	% Imp	% PIB	TOTAL	% Imp	% PIB	TOTAL	% Imp	% PIB
82 500	2 531,2	13,8	3,06	1 504,04	8,2	1,82	682,98	3,72	0,82

Fonte: Banco de Portugal e do Ministério das Relações Externas indiano (Valores em milhões de dólares – Dados de 2010)



### Moçambique

PIB	EXPORTAÇÕES		IMPORTAÇÕES		COMÉRCIO TOTAL	
	TOTAL	% PIB	TOTAL	% PIB	TOTAL	% PIB
10 966	2 243	20,45	3 335	30,41	5 578	50,86

Fonte: Banco de Portugal (Valores em milhões de dólares – Dados de 2010)

PIB	Portugal			RPC			Índia		
	TOTAL	% Exp	% PIB	TOTAL	% Exp	% PIB	TOTAL	% Exp	% PIB
10 966	107,66	4,8	0,98	78,5	3,5	0,71	31	1,4	0,28

Fonte: Banco de Portugal (Valores em milhões de dólares – Dados de 2010)

PIB	Portugal			RPC			Índia		
	TOTAL	% Imp	% PIB	TOTAL	% Imp	% PIB	TOTAL	% Imp	% PIB
8 308	143,4	4,3	1,3	120,06	3,6	1,09	190,09	5,7	1,73

Fonte: Banco de Portugal (Valores em milhões de dólares – Dados de 2010)

### Cabo Verde

PIB	EXPORTAÇÕES		IMPORTAÇÕES		COMÉRCIO TOTAL	
	TOTAL	% PIB	TOTAL	% PIB	TOTAL	% PIB
1 235	102,5	8,3	615,03	49,8	717,53	58,09

Fonte: Banco de Portugal (Valores em milhões de euros – Dados de 2010)

PIB	Portugal			RPC			Índia		
	TOTAL	% Exp	% PIB	TOTAL	% Exp	% PIB	TOTAL	% Exp	% PIB
1 235	23,2	22,7	1,87				0,11	0,1	0,008

Fonte: Banco de Portugal (Valores em milhões de euros – Dados de 2010)

PIB	Portugal			RPC			Índia		
	TOTAL	% Imp	% PIB	TOTAL	% Imp	% PIB	TOTAL	% Imp	% PIB
1 235	316,1	51,4	25,59	34,3	5,57	2,78	0,70	0,11	0,05

Fonte: Banco de Portugal, do Ministério das Relações Externas indiano e do sítio:

<http://pt.alumnieni.com>

(Valores em milhões de euros – Dados de 2010)



### São Tomé e Príncipe

PIB	EXPORTAÇÕES		IMPORTAÇÕES		COMÉRCIO TOTAL	
	TOTAL	% PIB	TOTAL	% PIB	TOTAL	% PIB
196	11,0	5,6	99,40	57,7	110,4	56,32

Fonte: Banco de Portugal (Valores em milhões de dólares – Dados de 2010)

PIB	Portugal			RPC			Índia		
	TOTAL	% Exp	% PIB	TOTAL	% Exp	% PIB	TOTAL	% Exp	% PIB
196	4,88	44,4	2,48				0,11	1	0,05

Fonte: Banco de Portugal e do Ministério das Relações Externas indiano (Valores em milhões de dólares – Dados de 2010)

PIB	Portugal			RPC			Índia		
	TOTAL	% Imp	% PIB	TOTAL	% Imp	% PIB	TOTAL	% Imp	% PIB
196	60,53	60,9	30,88	2,38	2,4	1,21	1,06	1,06	0,54

Fonte: Banco de Portugal e do Ministério das Relações Externas indiano (Valores em milhões de dólares – Dados de 2010)

### Guiné Bissau

PIB	EXPORTAÇÕES		IMPORTAÇÕES		COMÉRCIO TOTAL	
	TOTAL	% PIB	TOTAL	% PIB	TOTAL	% PIB
590,9	85,7	14,5	140,04	23,7	225,74	38,2

Fonte: Banco de Portugal (Valores em milhões de euros – Dados de 2009)

PIB	Portugal			RPC			Índia		
	TOTAL	% Exp	% PIB	TOTAL	% Exp	% PIB	TOTAL	% Exp	% PIB
590,9	1,28	1,5	0,21	0,17	0,2	0,02	54,16	63,2	9,16

Fonte: Banco de Portugal (Valores em milhões de euros – Dados de 2009)

PIB	Portugal			RPC			Índia		
	TOTAL	% Imp	% PIB	TOTAL	% Imp	% PIB	TOTAL	% Imp	% PIB
590,9	34,16	24,4	5,78	3,64	2,6	0,61	0,42	0,3	0,07

Fonte: Banco de Portugal (Valores em milhões de euros – Dados de 2009)



## **Anexo B – Extrato de Entrevistas**

### **1. Entrevista concedida ao autor pelo Professor Luís Tomé em 24 de fevereiro de 2012**

#### **Questão:**

A crescente presença dos gigantes asiáticos nos PALOP representa uma ameaça para Portugal? Estes países procuram incluir Portugal para aceder aos PALOP?

#### **Prof Luís Tomé:**

*“Não, a China e a Índia, não precisam de Portugal para aceder aos países africanos lusófonos, nem estes precisam de Portugal para contactos com esses países. Aliás, os chineses criaram o fórum Macau para, além das já estabelecidas relações bilaterais e multilaterais no quadro de outras organizações, estabelecer um contato direto com os países africanos de expressão portuguesa, Portugal e o Brasil. Curiosamente, os que menos têm estado ativos neste fórum, por acharem que esta é uma forma de manipulação, mais ou menos predatória por parte de Pequim, são o Brasil e Portugal. Portanto, não faz sentido a ideia que Portugal se constitui como uma ponte de ligação entre a China e a Índia e os PALOP...”*

*“...considerar se esta presença sino-indiana representa uma ameaça para os interesses nacionais dependerá do conceito de ameaça. Considero que parceiros tão importantes como estes, que não têm as mesmas prioridades que Portugal tem, como o respeito dos direitos humanos, aspetos laborais, estado de direito e democracia, poderão por essa via, fragilizar a posição portuguesa se forem estes os seus objetivos primeiros. Mas creio que não são. Portugal, desde há muito, que se tem habituado a lidar com países, independentemente de serem mais ou menos democráticos. Os interesses portugueses são culturais e económicos. De facto, até tem havido investimento português que tem beneficiado de parcerias com empresas angolanas que, por sua vez, beneficiaram do investimento chinês. Existem até quadros portugueses, ou quadros africanos, formados em Portugal, que integram essas parcerias que vão aparecendo nos seus próprios países.”*

*“Portugal deverá considerar a presença chinesa nos PALOP como uma oportunidade, colmatando aquelas que são as falhas do investimento chinês. Considero que tal não seria apenas um Win-Win, mas um Win-Win-Win com três partes a beneficiarem desta relação, o país recetor africano, a China e Portugal, na medida em que tem mercados, com potencial e em crescimento na África lusófona, que podem interessar à China e que poderão ser mais explorados. Creio que, infelizmente, o estabelecimento deste*



*tipo de relacionamento não tem sido devidamente motivado, não se promovendo estas perspectivas que num mercado global estão abertas, sendo certo que se Portugal não o fizer, haverá certamente quem o faça. Portanto, pode haver esta triangulação, a funcionar em todos os sentidos com proveito mútuo.”*

**Questão:**

De que modo se deverá posicionar Portugal perante a crescente influência sino-indiana nos países lusófonos, de forma a manter o seu espaço privilegiado entre os PALOP?

**Prof Luís Tomé:**

*“ A China e a Índia cultivam a prática das parcerias estratégicas. Sendo países rivais, a China e a Índia são parceiras entre si e procuram ser, também de todos os outros atores, sobretudo junto de países mais pequenos, tendo, neste âmbito, promovido o estabelecimento de muitas parcerias estratégicas bilaterais no continente africano.*

*A China e a Índia são parceiras estratégicas de Portugal que, por razões óbvias é parceiro estratégico dos PALOP. Assim, porque é que este tipo de parcerias tem de ser apenas bilateral não pode ser triangular? É esta percepção que Portugal deverá saber ter, fazendo um pouco a alavancagem, na medida em que Portugal é importante para estes atores, por ser membro da UE. Se Portugal for capaz de criar um efeito multiplicador desta conjuntura irá, certamente, beneficiar com isso. Os países africanos também, criando alternativas à própria China. Para tal, será necessária uma estratégia e uma adequada percepção da realidade, sem embandeirar em retóricas que fazem muito pouco sentido, fazendo entender aos países africanos lusófonos que é um parceiro de quem podem tirar benefícios e percebendo o mesmo relativamente aos países africanos, chineses e indianos. Sendo certo que a China e a Índia apenas estabelecerão este tipo de relações se os seus interesses forem acautelados.*

**2. Entrevista concedida ao autor pela Professora Carmen Mendes em 01 de março de 2012**

**Questão:**

A crescente presença da China nos PALOP representa uma ameaça para Portugal? A China procura incluir Portugal para aceder aos PALOP?

**Prof<sup>a</sup> Carmen Mendes:**

*“Considero que a criação do fórum Macau é a resposta para essa questão, na medida em que contribuiu claramente para o reforço da língua e cultura portuguesas com todas as vantagens que tal tem para Portugal. No fundo, é um fórum China-CPLP, com a*



*exceção de São Tomé, que apenas mantém o estatuto de observador, pelo que não considero a presença chinesa nos PALOP como uma ameaça para Portugal, muito pelo contrário. O interesse da China nestes países e o facto de ter querido incluir Portugal num fórum que privilegia o relacionamento com aqueles Estados só pode ajudar Portugal a ter, se assim o entender, um papel de intermediário na relação da China com os PALOP. Embora do ponto de vista empresarial possa existir alguma competição com empresas portuguesas que estavam implantadas nos PALOP antes da chegada da China, do ponto de vista político e cultural a presença chinesa tem sido vantajosa para Portugal.”*

**Questão:**

De que modo se deverá posicionar Portugal perante a crescente influência chinesa nos países lusófonos, de forma a manter o seu espaço privilegiado entre os PALOP?

**Profª Carmen Mendes:**

*“Portugal não tem aproveitado como devia o fórum Macau. Tendo a China apoiado Macau na criação deste fórum de cooperação com os países de língua portuguesa, sendo Portugal um dos motores da lusofonia, Portugal não tem tido uma atitude mais ativa neste fórum, nem tentou ocupar um papel de intermediação entre a China e os PALOP.*

*Portugal poderia tentar ter um papel mais ativo no fórum Macau e procurar através desse facto fazer a ligação entre a China e os países de língua portuguesa, vendo a influência crescente da China nos países lusófonos como uma aliada à sua estratégia de permanência naqueles países”.*

**3. Entrevista concedida ao autor pelo Professor Constantino Xavier em 03 de março de 2012**

**Questão:**

A crescente presença da Índia nos PALOP representa uma ameaça para Portugal? A China procura incluir Portugal para aceder aos PALOP?

**Prof Constantino Xavier:**

*“Seria um erro tremendo olhar para a crescente influência da China e da Índia em África como uma ameaça. Só o seria se Portugal não fosse capaz de responder enfrentando-as e retirando o maior potencial em termos de cooperação em vez de competição.*



*Considero que é importante para Portugal, primeiro estudar esta presença chinesa e indiana em África, não entrar em simplismos de assumir que a China e Índia precisam de Portugal para entrar em África, na medida em que a magnitude de colaboração e presença de Nova-Deli e Pequim é já enorme e Portugal não entra como ator nessa interação. No entanto, Portugal precisa de conhecer os modelos de presença chinesa e indiana em África de forma a procurar pequenos nichos em que, de facto, pode colaborar e apresentar alguma mais-valia. É essa mais-valia que Portugal precisa de identificar para que as possa apresentar à China e à Índia de forma diplomática exponenciando-as para outros setores com benefícios para Portugal..*

*As mais-valias que considero mais visíveis são:*

- *A possibilidade de convidar a China e a Índia para se tornarem membros observadores da CPLP, atendendo àquelas que são as suas ambições.*
- *Cooperar com a Índia no âmbito das Peace Keeping Forces na medida em que os dois países detêm bastante experiência nesta área e a Índia veria com bons olhos esta troca de competências com novos parceiros.*

**Questão:**

De que modo se deverá posicionar Portugal perante a crescente influência indiana nos países lusófonos, de forma a manter o seu espaço privilegiado entre os PALOP?

**Prof<sup>a</sup> Constantino Xavier:**

*“A ideia de Portugal se assumir como plataforma é interessante, no entanto é importante definir bem o entendimento que lhe é dado. Quando refiro que Portugal não é o eixo necessário para a entrada da China e da Índia em África, não significa que não existam áreas em que tenha um papel importante, claro que Portugal não deixa de ter influência em Luanda e Maputo, ao nível político, diplomático e militar, pelo que Portugal poderia tirar partido destas vantagens”.*

**4. Entrevista concedida ao autor pela investigadora Sofia Fernandes do ISCTE, a trabalhar sobre o tema dos investimentos chineses em Angola, em 06 de março de 2012**

**Questão:**

A crescente presença da China nos PALOP representa uma ameaça para Portugal? A China procura incluir Portugal para aceder aos PALOP?



**Dr<sup>a</sup> Sofia Fernandes:**

*“No caso de Angola, o mercado é tão grande e com tantas oportunidades que considero que os interesses portugueses e chineses não colidem, existindo espaço para que possam coexistir e serem complementares.*

*...A China utiliza o Fórum para Cooperação Económica com os países de língua portuguesa, como vetor privilegiado, para estabelecer relações com os PALOP, não recorrendo a Portugal, de uma forma direta, como uma plataforma para atingir os seus objetivos”.*